

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL: RUMO À CONCENTRAÇÃO

PATRÍCIA DE BOM FREITAS MOREIRA

Porto Alegre

2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL: RUMO À CONCENTRAÇÃO

PATRÍCIA DE BOM FREITAS MOREIRA

ORIENTADOR: Prof. Gentil Corazza

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia modalidade Profissional

Porto Alegre

2003

AGRADECIMENTOS

- Ao Prof. Gentil Corazza, pela sua dedicação e incentivo, propondo alterações essenciais na elaboração desse trabalho.
- Ao departamento de pós-graduação em economia, em especial as secretárias pela prontidão e gentileza sempre despendidas.
- As minhas queridas irmãs, pelo companheirismo e amizade.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu esposo, Walter, pelo seu amor e pelo seu estímulo constante. E aos meus filhos, Leonardo e Natália.

LISTA DE QUADRO

| | |
|---------------------------------------------------------|----|
| Quadro 01 - Significado de Poupança e Investimento..... | 22 |
|---------------------------------------------------------|----|

LISTA DE TABELAS

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 01 - Total de Bancos múltiplos, comerciais, de desenvolvimento e caixas econômicas em funcionamento..... | 55 |
| Tabela 02 - Bancos públicos federais e estaduais, bancos com controle estrangeiro e privados Nacionais..... | 56 |
| Tabela 03 - Bancos que receberam recursos do PROER..... | 56 |
| Tabela 04 - Participação percentual das instituições nos ativos do grupo de bancos em 31.12.2000- por tempo de funcionamento..... | 58 |
| Tabela 05 - Participação das instituições nos ativos do grupo de bancos em funcionamento..... | 59 |
| Tabela 06 - Estoque estimado de empregos no setor financeiro..... | 61 |
| Tabela 07 - Fusões, aquisições e privatizações: impacto sobre o emprego..... | 64 |

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 7 |
| CAPÍTULO 1 – CONCENTRAÇÃO DE CAPITAL - CONCEITOS BÁSICOS..... | 9 |
| CAPÍTULO 2 - SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL..... | 19 |
| 2.1. O Papel da Intermediação financeira no Sistema Financeiro Nacional..... | 20 |
| 2.2. Retrospectiva Histórica do Sistema Financeiro Nacional..... | 26 |
| 2.3. Sistema Financeiro Nacional após 1990..... | 35 |
| CAPÍTULO 3 - CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL..... | 44 |
| 3.1. Internacionalização do Capital Estrangeiro..... | 46 |
| 3.2. Sistema Financeiro Nacional: Rumo à Concentração..... | 54 |
| 3.3. Evolução do emprego bancário..... | 60 |
| CONCLUSÃO..... | 66 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 70 |

INTRODUÇÃO

Os últimos anos do século XX têm sido apresentados como os constituidores de uma realidade diferente. Eles teriam definido um mundo sem fronteiras, onde todos os mercados estariam globalizados, e as relações entre os países estariam intensificadas no que diz respeito tanto ao setor produtivo quanto aos fluxos comerciais e financeiros.

A denominação de globalização, conforme se disseminou, manifestar-se-ia na globalização comercial, com a intensificação do comércio de bens e serviços entre os países, na globalização produtiva, definida pela maior participação das operações produtivas das empresas transnacionais por toda a economia mundial, e na globalização financeira, representada pela intensa circulação do capital internacional.

Esse último aspecto é apresentado, de fato, como a principal característica do novo contexto internacional. A globalização financeira é caracterizada por Fortuna (2000) como a interação entre a eliminação dos mercados financeiros locais segmentados, a interpenetração dos mercados monetários e financeiros nacionais e a integração desses mercados mundializados.

Os mercados cada vez mais dinâmicos, globais e inovadores, dadas as rápidas mudanças na tecnologia, nas telecomunicações e nas redes de processamento de dados, permitem às empresas acessar mais facilmente os consumidores. À medida que capitais, bens e serviços se movem a velocidades cada vez maiores, mais complexa se torna a proteção aos consumidores no que diz respeito à informação, à concorrência, a normas para produtos, a serviços e à publicidade. Conseqüentemente, exige maior consciência dos consumidores como participantes do mercado.

Com tudo isso, o incremento de alianças estratégicas, como fusões e aquisições, participação acionária, *joint venture* e empreendimentos cooperativos, tem elevado o nível de concentração do poder econômico, consolidando oligopólios nacionais, regionais e internacionais. Essa velocidade que se observa no processo tende a promover um maior grau de concentração em alguns segmentos.

Nesse panorama econômico e financeiro mais geral, o tema aqui apresentado é o Sistema Financeiro Nacional – Rumo à Concentração. Esse tema possui relevância devido à importância do Sistema Financeiro na economia, especialmente na atual conjuntura econômica nacional e internacional, pois as alterações que ocorrem no seu interior acabam refletindo no restante da economia, notadamente o processo de aquisições de bancos nacionais por bancos estrangeiros.

O processo de concentração bancária significa que poucos e grandes bancos passaram a comandar o processo de intermediação e o financiamento da economia nacional. Além disso, tem reflexos sobretudo no emprego da mão-de-obra no setor.

Nesse contexto, este trabalho tem como principal objetivo analisar o Sistema Financeiro Nacional (SFN) quanto aos processos de aquisições ocorridos no período de 1990 a 2000, enfatizando as transformações ocorridas no sistema, como a internacionalização do capital, o impacto do Plano Real e o reflexo no mercado de trabalho bancário.

Para tanto, o trabalho é dividido em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta os conceitos básicos do processo de concentração de capital, os quais estão ligados aos processos de centralização e de acumulação.

O segundo capítulo tem como proposta básica analisar o Sistema Financeiro Nacional, apresentando três seções: na seção 2.1, o papel da intermediação financeira no Sistema Financeiro Nacional na seção 2.2, a retrospectiva histórica e, na seção 2.3, o Sistema Financeiro Nacional após 1990.

Para finalizar, o capítulo três aborda a concentração bancária no Sistema Financeiro Nacional, dividindo-se em três seções: a seção 3.1 traz a internacionalização do capital estrangeiro em função da sua entrada no país; a seção 3.2 aborda a concentração bancária ocorrida principalmente a partir de 1994, a seção 3.3 analisa a evolução do emprego bancário, pois essas transformações atingiram diretamente o número de postos de trabalho do setor na última década.

1 CONCENTRAÇÃO DE CAPITAL – CONCEITOS BÁSICOS

Neste capítulo inicial pretende-se analisar os conceitos de crescimento e de desenvolvimento econômico, bem como os de acumulação, concentração e centralização de capital.

As sociedades capitalistas voltam-se para uma melhor utilização dos recursos disponíveis visando ao desenvolvimento e ao crescimento econômico, procurando alternativas para que esses processos de crescimento e desenvolvimento econômico aconteçam.

Entende-se o desenvolvimento econômico como um processo de transformação estrutural com o objetivo de superar o atraso histórico em que se encontram os países que não se industrializaram, cujo objetivo é alcançar, no prazo mais curto possível, o nível de bem-estar dos países considerados desenvolvidos.

Do ponto de vista do processo de desenvolvimento econômico, devem ocorrer mudanças tais como aumento da atividade industrial em comparação com a atividade agrícola, migração da mão-de-obra do campo para as cidades e substituição de importações de produtos industrializados, produzindo-os internamente, e de exportações primárias por produtos de maior valor agregado reduzindo, assim, a dependência externa.

A partir do conceito de desenvolvimento econômico, faz-se necessário conceituar crescimento econômico. Conforme Sandroni:

“Crescimento econômico é o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. É definido basicamente pelo índice de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) per capita. O crescimento de uma economia é indicado ainda pelo índice de crescimento da força de trabalho, a proporção da receita nacional poupada e investida e o grau de aperfeiçoamento tecnológico” (Sandroni, p.81,1994).

A abordagem de crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto per capita) acompanhada pelo desenvolvimento econômico (melhoria do padrão de vida da população) permite que as sociedades capitalistas, a partir do desenvolvimento e do crescimento, possam proporcionar melhor qualidade de vida e melhor estrutura econômica para a população.

Contudo, a experiência tem demonstrado que o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, porque os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população. Mesmo que a economia cresça a taxas relativamente elevadas, o desemprego pode não estar diminuindo na rapidez necessária tendo em vista a tendência contemporânea de robotização e de informatização do processo produtivo.

Nesse contexto, Souza (p.21,1999), comenta:

“O crescimento econômico é variação do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas. Nesse sentido, desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna, eficiente, juntamente com a melhoria do nível de vida do conjunto da população”.

A partir das definições de desenvolvimento econômico e de crescimento econômico, é necessário destacar o elo importante que existe entre essas duas definições e a intermediação financeira, além da formação de capital.

Isso porque, é por meio da atuação eficiente das instituições financeiras que se pode incentivar a formação de capital e a melhoria de sua utilização na economia, colaborando para o desenvolvimento e o crescimento econômicos.

A partir dessas considerações, são aqui apresentados os conceitos básicos inerentes ao processo de concentração de capital, o que está fortemente relacionado com os processos de acumulação e centralização do capital, base teórica desta dissertação.

A partir de então, o capítulo apresenta e discute o processo de acumulação de capital, que é o conjunto de processos pelos quais uma economia cresce e se desenvolve investindo uma parcela sempre maior de recursos, os quais podem ser oriundos de poupanças prévias ou proporcionadas pelo sistema de crédito.

O capítulo trata também, do processo de concentração de capital que se fundamenta no crescimento dos capitais individuais e na centralização de capital, que é a concentração já constituída, formando grandes massas de capital, bem como nos aspectos que contribuem para evolução desses processos de acumulação, concentração e centralização de capital.

A fim de analisar a concentração, por meio das aquisições, que vem ocorrendo no Sistema Financeiro Nacional, principalmente a partir de 1990, é importante analisar os processos de acumulação, concentração e centralização de capital, sendo necessário, num primeiro momento, apresentar os conceitos de capital e de capitalismo, que são elementos-chave para o desenvolvimento dos processos acima citados.

Com relação ao conceito de capitalismo, duas distorções eram particularmente importantes na opinião de Marx, conforme destaca Hunt (p.219,1989):“(...) a primeira refere-se à crença de que o capital era um elemento universal em todos os processos de produção, e a segunda, era que toda atividade econômica poderia ser reduzida a uma série de trocas. Com efeito, para Marx, o capitalismo se caracteriza como um modo de produção centrado na relação capital-trabalho assalariado. O trabalho é empregado pelo capital constituído pela concentração dos meios de produção nas mãos da classe capitalista.”

Afirma também que o capital pode ser um instrumento de produção ou também um trabalho passado materializado que emprega trabalho assalariado. Mas, para Marx, capital é uma relação social, pois transforma o instrumento de produção e o trabalho acumulado em capital.

Para Hunt (p.220,1989), esse contexto é destacado como qualidade específica, ou seja, transforma o instrumento de produção e o trabalho acumulado em capital, conforme definido a seguir:

“... era o poder do capital de gerar lucros para uma classe social especial. Só no capitalismo os “instrumentos de produção e o trabalho acumulado” eram a fonte de renda e do poder da classe social dominante. Marx, contrariamente aos economistas que criticava, procurou entender como este aspecto do capital surgiu e, depois, como se perpetuou”.

Dessa forma, com a evolução das trocas de mercadoria e o aumento da mais-valia, entendida como a parte do trabalho não-paga, a classe capitalista tornou-se dominante e, com isso, dona da “lei e da ordem”, a lei da propriedade privada e a ordem do modo de produção e de circulação. Assim, o capitalista perpetuava seu poder.

A posição social do capitalista, prestígio e seu poder econômico e político dependem do valor do capital por ele controlado. O capitalista não pode ficar parado, é atacado de todos os lados pela concorrência acirrada de outros capitalistas.

O sistema exige que ele acumule e fique mais poderoso a fim de vencer seus concorrentes, caso contrário, está sujeito a ser eliminado do mercado. Só pela acumulação de novo e melhor capital é que esse desafio pode ser vencido.

Assim, Hunt expressa o pensamento de Marx sobre a acumulação de capital e a concorrência:

“...o desenvolvimento da produção capitalista torna sempre necessário manter o aumento do capital aplicado em determinado empreendimento industrial, e a concorrência faz com que os efeitos das leis iminentes da produção capitalista sejam sentidos por todos os capitalistas isoladamente como leis coercitivas externas. Obriga-os a fazer com que o capital cresça sempre a fim de preservá-lo; mas eles só podem aumentá-lo através da acumulação progressiva”(Hunt, p.241,1989).

Como se pode ver nessa citação, o autor realça que a concorrência entre os capitalistas não depende de sua vontade, mas funciona como uma lei externa do próprio sistema econômico, que os obriga a acumular e a concentrar sempre mais capitais para não serem excluídos do mercado.

Desse modo, a ânsia interminável de acumular capital e a concorrência feroz entre os capitalistas caracteriza as leis do capitalismo e os padrões de seu desenvolvimento histórico. Essa concorrência e a competitividade entre as empresas fazem com que as condições favoráveis e de demanda e de oferta setorial, dentro do ambiente de concorrência e de rivalidade, submetam as empresas a esforços contínuos de melhoria da eficiência produtiva e de inovação nos produtos, nos métodos de produção e na prestação de serviços.

Esse ambiente faz com que as empresas procurem cada vez mais vantagens no pioneirismo na introdução de novos produtos, processos e sistemas de comercialização. A inovação é fundamental no que se refere ao interesse da empresa de ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado em que está inserida.

Com relação à concorrência, Marx, em *O Capital*, afirma:

“A concorrência se desencadeia aí com fúria diretamente proporcional ao número e em proporção inversa à grandeza dos capitais rivais. Termina sempre com ruína de muitos capitalistas menores, cujos capitais em parte se transferem para a mão do vencedor, em parte soçobram. Sem levar isso em conta, com a produção capitalista constitui-se uma potência inteiramente nova, o sistema de crédito, que, em seus primórdios, se insinua furtivamente como modesto auxiliar da acumulação, levando por fios invisíveis recursos monetários, dispersos em individuais ou associados, mas logo se torna uma nova e terrível arma na luta da concorrência e finalmente se transforma em enorme mecanismo social para a centralização dos capitais”(Marx, p.39,1984).

Marx ressalta o fato de o sistema de crédito ser um auxiliar da acumulação do capital: permite realização de investimento, pois conceder um crédito é emprestar uma soma de dinheiro ou vender um bem, aceitando que o pagamento seja posterior à entrega do bem vendido, de acordo com a necessidade e o risco do tomador do recurso.

A negociação envolve risco e confiança. A variação e o grau em que esses fatores são representados é que determinam e impulsionam o processo produtivo e econômico. Nesse contexto é importante salientar que o acesso ao crédito depende de uma série de

variáveis, pois uma determinada empresa que possui condições financeiras sólidas e capacidade de pagamento, ou seja, boa saúde financeira, poderá ter crédito ou empréstimo de valor elevado.

Ao contrário, para empresas pequenas que não demonstram tal poder financeiro, o empréstimo será concedido em valores menores, ou seja, de acordo com o tamanho da empresa ocorre a disponibilidade de recursos a serem emprestados.

Todos esses aspectos mostram que concorrência e sistema de crédito, bem como manter sua posição no mercado, têm relação com o tamanho das empresas, pois as de grande porte têm acesso mais fácil a esses recursos, em contrapartida as de pequeno porte ficam prejudicadas e sem condições de concorrência, deixando um número maior de empresas nas mãos de menores grupos empresariais.

Por outro lado, tem-se como consequência importante da concorrência e da acumulação, outros processos simultâneos de concentração e de centralização de capital.

Marx foi um dos primeiros estudiosos a detalhar o processo de concentração, e seus conceitos foram a base para a crítica e o posterior desenvolvimento das idéias sobre o funcionamento dos mercados capitalistas. Em sua observação sobre o desenvolvimento do capitalismo, Marx distingue os conceitos de acumulação, de concentração e de centralização do capital, como serão examinados adiante.

Nesse sentido, Kon declara:

“...a partir da conceituação da mais-valia como a parte do capital produzida pela força de trabalho que excede o valor do salário que lhe é pago no processo de produção, Marx define a acumulação de capital, como sendo a aplicação ou a retransformação dessa mais-valia em capital, como recomeço do processo produtivo. Nesse sentido, se a mais-valia se origina do capital através do processo de produção, a acumulação surge da transformação de parte do mais-produto em capital”(Kon, p. 47, 1994).

Nessa citação é reforçada a idéia de acumulação de capital no sentido de que o trabalho que excede o valor do salário fica de posse do capitalista, gerando a possibilidade de transformação do excedente, mais-valia, em novo capital com objetivo de aumentar seu poder.

Dois aspectos devem ser considerados: primeiro, o crescimento do capital constante em relação ao capital variável; segundo, o crescimento da parte do capital constante, isto é, de maquinaria, prédios, meios de transporte, etc. O resultado dessas duas tendências é a elevação da produtividade do trabalho. Marx observou que isso podia ocorrer de duas formas, concentração e centralização do capital, como assinala Sweezy:

“Se os capitalistas individualmente acumulam, de forma a aumentar também a quantidade de capital controlada por eles isoladamente, isso possibilita uma escala de produção maior. Marx denomina esse processo de concentração de capital” (Sweezy, p.285,1983).

A concentração de capital é uma tendência central e fundamental do capitalismo. Cada capital individual é uma concentração de meios de produção, e uma empresa com seus trabalhadores é uma concentração de recursos produtivos, ou seja, a medida que o sistema muda qualitativamente, por meio de aumento de capital ou de máquinas, equipamentos, etc, essa maquinaria proporciona uma produção cada vez maior, isso é a concentração de capital.

Nesse sentido, Sandroni (p.66,1994) define concentração como:

“Situação em que um pequeno número de empresas detém parte considerável do capital, investimentos, vendas, força de trabalho ou qualquer outro elemento que sirva de medida ao desempenho de um setor industrial, econômico ou de serviços. Costuma-se calcular o índice de concentração de um setor verificando-se qual percentual determinado número de empresas detém sobre o total (de vendas, por exemplo) do setor. O grau de concentração é importante elemento da estrutura econômica do mercado e varia desde a concorrência considerada normal (pequena concentração), passando pelo oligopólio e chegando até o monopólio (grau máximo de concentração)”.

A concentração de capitais é explicada pelo crescimento dos capitais individuais à proporção que os meios sociais de produção e de subsistência são transformados em propriedade privada de capitalistas. A contínua retransformação de mais-valia em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital, que entra no processo de produção para uma escala ampliada de produção.

No mesmo sentido, Marx, em sua obra *O Capital*, sintetiza o conceito de concentração de capital da seguinte forma:

“Todo capital individual é uma concentração maior ou menor dos meios de produção com comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores. Toda acumulação torna-se nova acumulação. Ela amplia, com a massa multiplicada da riqueza, que funciona como capital, sua concentração nas mãos de capitalistas individuais e, portanto, a base da produção em larga escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas” (Marx, p.47,1984).

Assim, com o desenvolvimento do capitalismo, a riqueza e o poder se concentra nas mãos de um número cada vez menor de capitalistas. Essa concentração resulta de forças como concorrência e aumento do volume mínimo de capital. Dessa maneira, a concorrência entre os capitalistas tende a criar uma situação na qual o capital grande e forte absorve o capital pequeno e fraco.

Em relação à concorrência entre os capitalistas, Hunt (p.242,1989) menciona:

“(...) a concorrência torna-se mais feroz na proporção direta e o número e na proporção inversa da magnitude dos capitais antagônicos. Sempre termina na ruína de muitos capitalistas pequenos, cujos capitais passam, em parte, para as mãos de seus conquistadores e, em parte, desaparecem.”

O aumento do volume mínimo de capital é consequência da tecnologia em aperfeiçoamento utilizada para o funcionamento de uma empresa em suas condições normais, ou seja, para continuar concorrendo, tem que estar sempre aumentando a produtividade de seus operários, buscando manter seu espaço conquistado.

Analisando esses aspectos de concorrência e aperfeiçoamento tecnológico entre os capitalistas, nota-se que o rumo do sistema capitalista é a formação de firmas cada vez maiores, pertencentes a um número cada vez menor de capitalistas.

Assim surge a centralização do capital, que resulta da luta da concorrência em busca de melhores preços de seus insumos e matéria-prima que, por sua vez, dependem do aumento da escala de produção e da produtividade.

Além disso, a centralização ocorre por uma mudança na distribuição de capitais existentes, crescendo em uma mão até formar massas grandiosas, por que o capital é retirado de muitas mãos individuais.

Conforme Kon (p.49,1994), a centralização:

“...é concentração de capitais já constituídos, supressão de uma autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores... O capital se expande aqui numa mão até atingir grandes massas, por que acolá ele é perdido por muitas mãos. É a centralização propriamente dita distinguindo-se da acumulação e da concentração”.

A centralização decorre diretamente da luta concorrencial e das vantagens das maiores empresas por possuírem maiores economias de escalas.

Assim sendo, economias de escalas propiciam a produção de bens em larga escala, visando a uma considerável redução nos custos, por meio de processos avançados de automação, organização e especialização do trabalho.

Além disso, os recursos colocados à disposição possibilitam maiores investimentos na pesquisa e na criação de novos produtos.

Esses fatores que integram as economias de escala estão fora do alcance das pequenas e médias empresas, conseqüentemente, a tendência é monopolista via centralização com a eliminação dos concorrentes.

A centralização, portanto, significa a reunião de capitais já existentes: esse processo difere da concentração pelo fato de pressupor apenas uma modificação na distribuição do capital já existente e em atividade. Seu campo de ação limita-se, pelo crescimento absoluto da riqueza social, pelos limites absolutos da acumulação. Como afirma Sweezy:

“O capital cresce num determinado lugar até atingir uma massa imensa, sob um controle único, porque em outro lugar foi perdido por muitos investidores. Isso é a concentração, em contraposição à acumulação e à centralização”(Sweezy, p.285,1983).

Neste capítulo foram apresentados conceitos básicos necessários para a compreensão do tema central deste trabalho, que é a concentração bancária. Por outro lado, esses conceitos permitem entender o processo econômico real e suas transformações históricas.

A partir dessas exposições teóricas aqui tratadas, no capítulo 2 são descritos o Sistema Financeiro Nacional, o papel da intermediação financeira, a retrospectiva histórica, as reformas, a reestruturação do sistema e o impacto do Plano Real no Sistema Financeiro Nacional, salientando o impacto na estrutura e no funcionamento dos bancos no Brasil após a implementação do Plano Real.

A reestruturação a partir do Plano Real e principalmente a entrada do capital estrangeiro no país, por meio das aquisições no Sistema Financeiro Nacional, têm guiado esse sistema em direção à concentração.

Essa evolução e a melhoria do sistema financeiro do país propiciaram a própria evolução da estrutura econômica interna, tornando-se, assim, um dos importantes setores a impulsionar a atividade de toda a economia.

2 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

A década de 90 foi marcada por um período de intensas transformações na economia brasileira. Importantes fatos contribuíram para essa transformação: a abertura comercial, a integração no Mercosul, as inovações tecnológicas, o processo de estabilização da economia e os processos de aquisições ocorridos no Sistema Financeiro Nacional, principalmente a partir do Plano Real.

O Plano Real provocou impactos profundos na estrutura e no funcionamento dos bancos no Brasil, os quais tiveram que se adaptar ao fim das receitas inflacionárias, readaptar sua estrutura administrativa, reduzir custos e procurar novas fontes de receitas.

O Plano Real também promoveu uma abertura significativa do sistema bancário nacional ao capital externo, por meio de novos bancos ou da venda de bancos nacionais a estrangeiros.

Nesse panorama da economia nacional, o capítulo pretende apresentar o Sistema Financeiro Nacional, o papel da intermediação financeira, a evolução histórica e os principais fatos que marcaram o processo de reestruturação desse sistema.

O Sistema Financeiro ocupa na economia, especialmente na atual conjuntura econômica nacional e internacional, um espaço de muita importância, e alterações que ocorrem no seu interior acabam se refletindo no restante da economia, notadamente o processo de aquisições de bancos nacionais por bancos estrangeiros.

O presente capítulo traz, na seção 2.1, o papel da intermediação financeira no Sistema Financeiro Nacional; na seção 2.2, a retrospectiva histórica e a evolução desse sistema, desde seu surgimento em outros países até a estrutura atual no Brasil. A seção 2.3 analisa o Sistema Financeiro Nacional, a partir de 1990, com ênfase no Plano Real, o qual, por meio da estabilização econômica, proporcionou modificações expressivas no sistema.

2.1 O PAPEL DA INTERMEDIÇÃO NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O Sistema Financeiro Nacional é responsável pela intermediação financeira, a qual pressupõe, como requisito básico, que o sistema econômico tenha superado o estágio primitivo das trocas diretas em espécie, ou seja, uma economia em que as trocas se estabelecem por meio de escambo e em que não há possibilidade de formação de mercados monetários e de intermediação de ativos financeiros.

Nesse tipo de economia, as atividades dos agentes econômicos restringem-se à produção, ao intercâmbio direto, ao consumo e à estocagem de ativos reais. A poupança, quando ocorre, assume a forma de um aumento dos estoques dos ativos reais produzidos e não-consumidos no período corrente.

O funcionamento de uma economia sob tais condições é, sem dúvida, precário, pois os custos individuais e sociais da poupança sob forma de estocagem de ativos reais para consumo futuro somam-se à perda de eficiência na alocação dos recursos e ao bloqueio natural imposto às possibilidades de especialização e de divisão do trabalho.

Esse tipo de realidade é uma forma primitiva de organização da atividade econômica e deve dar lugar à intermediação financeira inevitavelmente. Desse modo, são estabelecidas condições para que ocorra a intermediação financeira, ou seja, os agentes superavitários, cujos rendimentos correntes recebidos são superiores a seus dispêndios totais, podem canalizar suas disponibilidades de caixa aos agentes deficitários, cujos dispêndios globais em consumo e investimento são superiores às suas disponibilidades imediatas.

Isso estimula ainda mais o desenvolvimento das atividades econômicas, gerando condições para a expansão da demanda agregada sob a forma de mais consumo ou de mais investimento.

O papel da intermediação financeira é o de realocar recursos e tem na poupança uma alternativa, pois capta dos clientes e repassa por meio de empréstimos, gerando um ciclo de formação de capital.

A poupança é um dos determinantes que assume uma forma de aumento dos estoques dos ativos, pois indivíduos ou empresas cujos rendimentos recebidos são superiores a seus dispêndios totais podem canalizar o excedente para as instituições financeiras, as quais direcionam esses recursos para estimular ainda mais o lucro das atividades econômicas, gerando condições para a expansão do consumo e de investimento. Nesse sentido:

“... é fato sabido que a intermediação financeira nos países capitalistas cumpre a importante tarefa de canalizar e transformar eficientemente os recursos de poupança em investimento. Quanto mais desenvolvido o estágio de intermediação financeira, maior tende a ser a formação de capital e mais eficiente a alocação de recursos. Assim, a criação de instrumentos financeiros permite, de um modo geral, obter-se não só maior nível de produção física e de bem-estar, como a melhor alocação de recursos e, ainda, a expansão dos recursos disponíveis para investimento através do estímulo à poupança”(Lopes e Rossetti, p.302,1996).

A intermediação financeira tem como principal objetivo adequar o processo poupança-investimento, captando economias individuais para proporcionar o desenvolvimento econômico bem como o atendimento das necessidades de financiamento de médio e longo prazos por parte das empresas.

Conforme Stanford (p.59,1976) “...o sucesso das instituições financeiras pode ser medido pela proporção em que as taxas de juros se reduzem e o fluxo de poupança é dirigido a atividades produtivas e úteis”.

O quadro 1, abaixo, apresenta os significados atribuídos aos atos de poupar e investir. Assim, poupar, para o consumidor ou a empresa, é deixar de consumir parte da renda ou resultado, já investir significa utilizar os recursos em algo que trará lucratividade.

Quadro 1 – Significados de Poupança e do Investimento.

| Conceito | Como as Pessoas Pensam | O que diz a Economia |
|------------|------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Poupar é | Guardar Não gastar | Parcela de renda não-consumida; é um ato de abstenção de consumo. |
| Investir é | Aplicar dinheiro em algo lucrativo | Aumentar o estoque de riqueza. Se nada foi produzido, é apenas uma transferência de propriedade. O mesmo se, para investir, houve necessidade de desinvestir em outro investimento. |

Fonte: RUDGE e CAVALCANTE (1993).

Dessa maneira, a principal função da intermediação financeira é a de aproximar os agentes tomadores dos agentes ofertantes de recursos, mesmo que os objetivos desses agentes sejam diferentes. Cabe, então, aos operadores da intermediação financeira analisar e oferecer condições no que diz respeito a prazo, taxa de retorno, grau de risco, etc, incentivando a aplicação ou a tomada de recursos.

Assim sendo, Castro (p.27, 1985) menciona que:

“Pelo incentivo a uma alocação mais eficiente de novos investimentos (adições ao estoque de capital), de usos menos produtivos para usos mais produtivos, através da intermediação entre poupadores e investidores, ou seja, uma transferência de recursos para os setores produtivos, onde existe grande capacidade empresarial”.

O papel importante das instituições financeiras é satisfazer, simultaneamente, a constituição de carteiras das unidades superavitárias e deficitárias, ou seja, aplicadores e tomadores.

Em função das incertezas que caracterizam a realidade econômica, agentes deficitários e superavitários não possuem uma visão geral do mercado para garantir suas expectativas. Assim, transferem essas responsabilidades para as instituições especializadas,

que possuem capacidade tecnológica e informações do mercado que permitem melhor visão e aplicação dos recursos.

Como essas intermediações abrangem um território bastante considerável, diluem o risco, pois, ao intermediar recursos em um país com regiões diferentes e atividades diversificadas, os riscos reduzem-se e, conseqüentemente, os custos das operações tornam-se atraentes (Duesenberry, 1966).

Outro fator significativo é o fato de que a existência de intermediários financeiros amplia as possibilidades de os agentes deficitários encontrarem excedentes livres no momento exato de suas necessidades, e de os agentes superavitários possuírem opções para aplicação de seus recursos.

Assim, a intermediação financeira procura maximizar sua atuação com benefícios sociais, ou seja, os recursos captados pelos intermediários financeiros tendem a ser canalizados para atividades que resultem em retornos sociais elevados aumento de atividade produtiva por meio da alocação de poupanças, em empréstimos que gerem um aumento da atividade produtiva e crie novos empregos.

Gurley-Shaw aponta três pré-condições para que se estabeleça a intermediação financeira:

- a) superação do primitivo estágio de escambo;
- b) criação de bases institucionais para o funcionamento do mercado de intermediação financeira;
- c) existência de agentes econômicos deficitários e superavitários, respectivamente dispostos a financiar seus déficits aos custos correntes e a transformar seus ativos monetários em ativos financeiros aos riscos e às possibilidades correntes de ganho real.

Atribui-se maior importância à terceira, pois o pressuposto básico mais importante para que a intermediação financeira ocorra em bases permanentes é a existência de agentes deficitários e superavitários.

Com isso, a intermediação financeira só tem razão de ser quando se encontram agentes que desejam gastar mais do que seus rendimentos correntes, concomitantemente com outros que possuem rendimentos em excesso, relativamente às suas intenções de gastos, predispondo-se a trocar seus ativos monetários.

Assim, os intermediários financeiros colocam-se entre os possíveis mutuários, que acusam déficits orçamentários, e os possíveis mutuantes, que acusam superávits, dispondo-se os primeiros a arcar com os custos financeiros de sua opção por um dispêndio superior a seus rendimentos correntes, e os segundos, a assumir os riscos inerentes à transformação de seus ativos monetários, líquidos por excelência, em ativos financeiros menos líquidos, mas rentáveis em termos reais.

Essa visão de intermediação financeira deixa claro o objetivo do Sistema Financeiro Nacional, que vem sofrendo várias transformações acompanhando a tendência mundial.

Complementando o contexto de intermediação financeira, outro conceito torna-se importante, o de firma bancária. A visão dos pós-keynesianos sobre a firma bancária considera a questão das expectativas, por conseguinte, da incerteza. Os bancos, como qualquer outra firma, têm a preferência pela liquidez como objetivo principal, tomando como premissa um futuro incerto.

A criação de crédito e de depósito bancário é, em boa medida, determinada pelo conciliamento da lucratividade com a escala de preferência pela liquidez. Como são consideradas firmas de comportamento e motivações próprias, os bancos influenciam as condições de financiamento da economia e, por conseguinte, trazem impactos para os níveis de gastos dos agentes. Assim, influenciam as variáveis reais da economia, como o emprego e o produto.

Keynes, em *A Teoria Geral* (1982), tratou de centrar sua análise sobre a firma bancária mais no aspecto macroeconômico do que nos assuntos inerentes à própria firma (microeconômicos). Para Keynes, os bancos não são, em hipótese alguma, coagidos pela

questão das reservas bancárias e atendem à demanda dos agentes em um dado nível de taxa de juros.

Outro conceito desenvolvido por Keynes é o da preferência pela liquidez, que tem como pressuposto básico o fato de a taxa de juros constituir-se uma recompensa pela abdição da moeda como ativo (a não-retenção de moeda). Em uma economia tipicamente monetária, os agentes têm determinados motivos para a retenção de moeda: ou visam a alguma transação, em que a moeda é o meio de troca; ou pretendem especular no mercado financeiro sobre a tendência das taxas de juros, ou retêm moeda em função da perspectiva de um futuro incerto.

Outra visão importante é a de Minsky sobre estratégias bancárias, sendo sua teoria fundamentada no comportamento dos bancos e nas implicações que suas atitudes podem ter sobre a dinâmica monetária e as variáveis da economia.

O fato marcante é que, até meados de 1960, os bancos preocupavam-se unicamente com a administração de seus ativos. A partir de então, passaram a buscar seus aumentos de lucratividade com base nas alterações de suas obrigações, ou seja, administrando seus passivos.

Uma instituição bancária, ao iniciar a administração de seu passivo, atua de forma dinâmica, buscando como objetivo máximo o aumento da lucratividade.

Quando se fala em atuação dinâmica quanto à gestão de passivos, os bancos não estão somente atendendo às opções do público em geral, mas procurando achar formas de influenciar a decisão dos agentes.

Esse método de influência baseia-se na inserção de inovações financeiras no mercado, ou seja, novos produtos e novas facilidades para o aplicador. No entanto, isso se torna real somente quando os bancos percebem novas possibilidades de obtenção de lucro, o que geralmente ocorre em períodos de crescimento econômico.

2.2 RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Em Londres, na Idade Média, os particulares e os negociantes confiavam a guarda de dinheiro e de objetos de valores aos ourives. Eram aos ourives que geralmente os particulares e os negociantes recorriam quando precisavam de empréstimo.

No final do século XVII, foi criado o *long Parliament*, quando se decidiu aceitar os recibos emitidos pelos ourives como forma de pagamento de impostos. O fato de que os recibos de moeda em custódia tornavam-se gradualmente repassados a terceiros por endosso e, até pagáveis ao portador, mostrou aos banqueiros e ourives da época que seus recibos, por muitas vezes, passavam de mão em mão sem que fosse exigido o lastro dos recibos.

O modelo bancário trazido ao Brasil pelo Império foi o europeu. Entendiam-se como atividades básicas de um banco as operações de depósitos e empréstimos (descontos). Outros serviços praticamente inexistiam naquela época.

Os bancos sempre guardavam, através do tempo, uma característica excessivamente nobre, com difícil acesso do público em geral. Um exemplo desse rigor eram as próprias gerências operacionais, as quais obrigatoriamente deveriam manter contato com o público e ficavam situadas no fundo das agências, com portas muito bem-trancadas, a que poucos tinham acesso.

Devido à estreita relação entre o grau de maturidade da estrutura econômica do país e o desenvolvimento da intermediação financeira, as fases principais da evolução do Sistema Financeiro no Brasil coincidem com as da evolução da economia.

Assim, conforme Lopes e Rossetti (1996), a evolução do Sistema Financeiro no Brasil pode ser caracterizada por quatro fases. A primeira, mais longa, abrange o fim do Período Colonial, o Império e os primeiros anos da República. Essa fase é passível de pelo

menos três subdivisões, demarcadas pelo início da intermediação financeira no Período Colonial até o final do Império e dos primeiros anos da República até o início da Primeira Guerra Mundial. A segunda abrange o período das Guerras e da Grande Depressão. A terceira, iniciada em 1945, vai até as reformas institucionais de 1964 e 1965, e a quarta inicia-se com essa reforma, estendendo-se até os dias atuais.

O surgimento da intermediação financeira no Brasil coincide com o término do Período Colonial, no decurso do qual prevaleceram idéias e procedimentos de política econômica de inspiração mercantilista, as quais bloqueavam quaisquer iniciativas que promovessem o desenvolvimento interno da Colônia em detrimento dos interesses da Coroa portuguesa.

Nessa época as grandes companhias de comércio dominavam o cenário econômico do Brasil colonial, exercendo grande influência não só na distribuição como no próprio financiamento da produção interna.

Assim, para funcionamento das atividades mercantis, as companhias de comércio recorriam aos mercados financeiros de seus países de origem. Desse modo, para que se instalassem no Brasil atividades financeiras de alguma expressão seria necessária a ruptura do antigo sistema colonial. Com isso criar-se-iam empresas comerciais importadoras e exportadoras que induziriam as atividades bancárias, seja pela eventual contribuição à geração de recursos, seja pela exigência regular de financiamento mercantil.

Com a transferência da família real para o Brasil, em 1808, além do estabelecimento de instituições monetárias, criaram-se as pré-condições necessárias para o surgimento da intermediação financeira do país e a criação de bancos comerciais.

Com a abertura de portos, com a celebração de novos acordos comerciais e com a articulação de relações econômicas e financeiras com a Europa, com as colônias africanas e asiáticas e com diversos países sul-africanos, tornou-se necessária a implantação de um mercado financeiro capaz de dar assistência às atividades de importação e exportação largamente incentivadas no período, tornando-se viável a movimentação de operações bancárias de depósitos e solicitação de empréstimos.

Em outubro de 1808, foi criada a primeira instituição financeira do país, o Banco do Brasil. As operações abrangiam o desconto de letra de câmbio, o depósito de metais preciosos, papel-moeda e diamantes, a emissão de notas bancárias, o monopólio da venda de diamantes, pau-brasil e marfim e o direito exclusivo das operações financeiras do governo.

O banco restringiu suas operações à cidade do Rio de Janeiro, abrindo uma filial somente em 1818, na Bahia, e uma segunda em 1820, em São Paulo.

Com a volta de Dom João VI para Portugal, em 1821, boa parte do lastro metálico depositado no banco foi para aquele país, enfraquecendo a já abalada confiança na primeira instituição financeira do país. Em 1829, foi autorizada a liquidação desse primeiro Banco do Brasil, que encerrou suas atividades em 1935.

Nos anos subseqüentes à Independência e às guerras, a economia brasileira atravessou uma nova fase de prosperidade ligada às atividades de produção e exportação do café.

Essa evolução da economia do país foi acompanhada pela evolução e consolidação do sistema financeiro. Em 1836 foi estabelecido o primeiro banco comercial privado do país, o Banco do Ceará, cujas atividades encerraram-se em 1839, basicamente em decorrência da concessão de financiamentos a longo prazo sem possuir captação de recursos no mesmo prazo.

Entretanto, havia condições para que se implantassem e prosperassem no país atividades de intermediação financeira, principalmente as ligadas ao setor cafeeiro e aos projetos financeiramente viáveis no setor de infra-estrutura econômica.

A partir de então, em 1838, um grupo privado criou e estabeleceu o Banco Comercial do Rio de Janeiro, ensejando o surgimento, em outras praças, de instituições como o Banco da Bahia (1845), o Banco do Maranhão (1847) e o Banco Comercial de

Pernambuco (1851); nesse ano também foi constituído novamente o Banco do Brasil por iniciativa do Barão de Mauá.

Em 1853, ocorreu no país a primeira fusão bancária, os Bancos Comerciais do Rio de Janeiro e do Brasil fundiram-se com objetivo de criar um novo estabelecimento, sob denominação de Banco do Brasil.

A partir de 1853, consolidou-se a estrutura do sistema financeiro nacional do Brasil durante o Império. O Banco do Brasil expandiu-se, instalando filiais inicialmente no Rio Grande do Sul e em São Paulo (1854 e 1855) e posteriormente em Ouro Preto (Minas Gerais), Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará.

A partir de 1860, as atividades de intermediação financeira no país foram ampliadas com a chegada dos primeiros bancos estrangeiros. No final de década de 1870, o Brasil possuía dezessete bancos, essencialmente ligados às atividades do setor cafeeiro ou à implantação de projetos no setor de infra-estrutura.

Nos últimos anos do Império e durante a Primeira República, no decurso de uma fase de crescimento não-disciplinado, as atividades bancárias atravessaram momentos difíceis. No final do Império, a libertação de escravos (1888) alterou a estrutura econômica e financeira do país. A liberdade concedida aos 800 mil escravos aniquilou fortunas rurais, motivou perdas de 40 a 50% das colheitas, e provocou escassez e inflação, motivando um primeiro surto de industrialização, à medida que a falta de mão-de-obra para atividades rurais induziu novos empreendimentos industriais nos centros urbanos.

Esse clima econômico e financeiro prosseguiu nos primeiros anos do governo republicano. Do encilhamento (1889-91), período caracterizado pela galopante expansão dos meios de pagamento, pela excitação das atividades de intermediação financeira e por conseqüente surto inflacionário, o país foi conduzido a uma fase de contra-reforma (1892-1906), caracterizada nos três primeiros anos por um esforço de estabilização, nos dois anos subseqüentes por breve relaxamento da austeridade implantada e, finalmente, já então na virada do século, por uma recessão generalizada.

Assim, a partir de 1906, ao término da crise financeira do início do século, as atividades de intermediação financeira voltaram gradativamente à normalidade. Em 1910, o Brasil possuía 21 bancos comerciais, dos quais cinco eram estrangeiros e dezesseis nacionais.

O período que se estende de 1914 a 1945 apresentou uma série de processos significativos, de considerável importância no quadro geral da evolução dos bancos no Brasil. Para Lopes e Rossetti (1996), esse período é caracterizado pelos seguintes acontecimentos:

1. expansão do sistema de intermediação financeira de curto e médio prazos no país;
2. disciplinamento, integração e ampliação das margens de segurança da intermediação financeira, respectivamente devidas à criação da Inspeção Geral de Bancos (1920), posteriormente substituída pela Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária (1942), à instalação da Câmara de Compensação (1921) e à implantação da carteira de Redesconto do Banco do Brasil (1921);
3. elaboração de projetos para ampliação e diversificação da estrutura de intermediação financeira, basicamente com o objetivo de criar instituições especializadas para atender à crescente demanda de financiamento de longo prazo;
4. início dos estudos e dos esforços convergentes para a criação de um Banco Central no país.

Nessa fase, o principal acontecimento foi a criação da SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito, instituição financeira criada em 1945, na dependência do Ministério da Fazenda, incumbida de fiscalizar o sistema bancário nacional, traçar a política monetária e cambial do país e assessorar o governo nas questões econômicas. Suas determinações eram executadas pelas carteiras especializadas do Banco do Brasil.

Na realidade, porém, a SUMOC não foi senão um órgão normativo de assessoria, controle e fiscalização da política monetária e do sistema de intermediação financeira. As funções executivas eram de atribuição do Banco do Brasil, como segue:

1. banco dos bancos, depositário de encaixes voluntários e compulsórios dos bancos privados e administrador dos serviços de compensação;
2. agente financeiro do governo, como depositário das receitas, executor dos pagamentos e financiador dos déficits orçamentários do Tesouro Nacional;
3. depositário e administrador das reservas internacionais;
4. prestador de última instância, concedendo assistência financeira ao sistema bancário pela Carteira de Redesconto e pela Caixa de Mobilização.

O período que se estende de 1945 a 1964 é geralmente considerado como de transição, um meio caminho entre a estrutura ainda simples de intermediação financeira que se firmou ao longo da primeira metade do século e a complexa estrutura montada a partir das reformas institucionais de 1964-65. Nesses vinte anos de transição, em paralelo às mudanças que se observaram em toda a estrutura da economia do país, o Sistema Financeiro Nacional foi objeto de marcantes transformações.

Entre as principais transformações pode-se citar a intermediação financeira de curto e médio prazos, com a conseqüente expansão do número de agências bancárias nas diferentes regiões do país. A implantação de um órgão normativo, de assessoria, controle e fiscalização do sistema financeiro, foi o primeiro passo efetivo para criação de um banco central no país.

De importância também foi a criação do BNDE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, para centralização e canalização de recursos de longo prazo, essencialmente destinados à implantação de setores básicos de infra-estrutura no país.

Esse período também foi marcado pela criação de instituições financeiras de apoio a regiões carentes, como o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco de Crédito da Amazônia e, já no final do período, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, integradas à política de redução dos desníveis regionais de desenvolvimento econômico.

A criação dessas instituições permitiu o desenvolvimento espontâneo de companhias de crédito, financiamento e investimento para captação e aplicação de recursos em prazos compatíveis com a crescente demanda de crédito a médio e longo prazos, exercida por empresas e consumidores, em decorrência da implantação de novos setores industriais no país, produtores de bens de capital e de consumo de uso durável.

A SUMOC foi a fase embrionária do Banco Central e foi dirigida por um conselho presidido pelo Ministro da Fazenda, do qual faziam parte o Presidente do Banco do Brasil, os diretores das carteiras de câmbio, redesconto, exportação e importação e o diretor executivo da SUMOC.

Contudo, o fato marcante em 1964 foi a criação do Banco Central do Brasil, pois até a aprovação da lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, não havia no Brasil um Banco Central. As funções que seriam exercidas pelo Banco Central encontravam-se diluídas entre o Tesouro Nacional e a SUMOC e o Banco do Brasil, atuando, esse último, em consonância com o governo.

Assim, a última fase da evolução da intermediação financeira no Brasil iniciou-se no biênio 1964-65, com a promulgação de três leis que introduziram profundas alterações na estrutura do Sistema Financeiro Nacional; são elas:

1. Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que instituiu a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, criou o Banco Nacional de Habitação, BNH, e institucionalizou o Sistema Financeiro de Habitação, SFH;
2. Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que foi a base de uma verdadeira reforma bancária, reestruturando o Sistema Financeiro Nacional, definindo as características e as áreas específicas de atuação das instituições financeiras e transformando a SUMOC e seu conselho, respectivamente, no Banco Central do Brasil e no Conselho Monetário Nacional;
3. Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, que disciplinou o mercado de capitais e estabeleceu medidas para seu desenvolvimento.

Sendo essas as medidas mais importantes dessa fase, o sistema financeiro brasileiro passou a contar com maior e mais diversificado número de intermediários financeiros não-bancários, com áreas específicas e bem-determinadas de atuação.

Cinco anos após a implantação dessas reformas, o número de estabelecimentos de intermediação financeira no país elevou-se a 10.047, expandindo-se não só a rede bancária (7.861 estabelecimentos contra os 6.826 de 1964) como particularmente a rede não-bancária.(DIEESE)

A diversificação das instituições que passaram a operar no país após essas últimas reformas é uma das evidências mais simples de que o sistema de intermediação tornou-se mais complexo, propiciando o surgimento e o desenvolvimento de novos segmentos de atuação, e de novos tipos de contratos e de operações financeiras, ampliando-se as opções de prazos e limites e abrindo-se o leque das possibilidades de captação e de aplicação de recursos.

Em 1976, especificamente em 07 de dezembro, foi incorporada ao quadro institucional do sistema financeiro a Comissão de Valores Mobiliários, criada com a lei nº 6.385, que juntamente com o Banco Central do Brasil regulam, controlam e exercem a fiscalização das instituições de intermediação, disciplinando todas as modalidades e as operações de crédito, assim como a emissão e a distribuição de valores mobiliários.

A Comissão de Valores Mobiliários, CVM, sendo um órgão normativo do sistema de intermediação financeira, procura auxiliar no desenvolvimento, na disciplina e na fiscalização do mercado de valores mobiliários não-emitidos pelo sistema financeiro e pelo Tesouro Nacional, atuando, assim, no segmento do mercado de ações e debêntures, cupões desses títulos e bônus de subscrição.

Com isso, a CVM tem como principal objetivo estimular a aplicação de poupança no mercado acionário, assegurar o funcionamento eficiente e regular das Bolsas de Valores e de outras instituições auxiliares que operam nesse mercado, proteger os titulares de valores mobiliários contra emissão irregular e outros tipos de atos ilegais, evitando ou

coibindo modalidades de fraude ou de manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, de oferta ou de preço dos valores mobiliários negociados nos mercados primário e secundário de ações.

Outro momento fundamental para o Sistema Financeiro Nacional foi a reforma decretada em 1988 que, por meio da Resolução nº 1.524, facultou aos bancos comerciais, Bancos de Investimento, Bancos de Desenvolvimento, Sociedades de Crédito Imobiliário e Sociedades de Crédito, financiamento e investimento a organização opcional em uma única instituição financeira, com personalidade jurídica própria, nos termos da legislação em vigor.

Essa Resolução tinha como objetivo aumentar a competitividade no setor bancário para viabilizar o melhor serviço compatível com o menor custo, quebrar o poder de oligopólio dos bancos, gerar economia de escala e reduzir os custos contábeis.

A partir dessa Resolução, a quantidade de instituições bancárias aumentou de 130 para 259 (Lopes e Rosseti). A mudança instantânea de várias instituições financeiras em bancos múltiplos proporcionou a esses últimos a oportunidade captar recursos no mercado interfinanceiro e depósitos a curto e médio prazos, além de conceder créditos a longo prazo em vários segmentos, tais como:

1. empréstimos a longo prazo para empresas de crédito duvidoso, mas que no passado foram eficientes porque a economia foi fechada, os juros de empréstimos do BNDES foram subsidiados e as tarifas públicas como componentes de custo foram defasadas;
2. empréstimos a longo prazo para aquisição de bens duráveis;
3. empréstimos a longo prazo a empresas sem transparência da sua efetiva dívida total com outras instituições;
4. empréstimos a longo prazo a conglomerados cujas informações de equivalência patrimoniais são difusas, etc.

Diante do explicitado, constatou-se que um grande número de bancos múltiplos de pequeno, médio e grande porte, principalmente os menores, omitiu dois conceitos

fundamentais na área bancária: o primeiro refere-se à necessidade de saber transacionar e compatibilizar os prazos de captação de recursos com os prazos de maturação dos empréstimos concedidos, e o segundo diz respeito à gestão de excelência quanto à seletividade do crédito concedido. Dessa forma, não respeitar essas duas regras provocou administrações bancárias de alto risco e, em alguns casos, falência.

2.3 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL APÓS 1990

Esta seção trata dos principais acontecimentos ocorridos na economia brasileira que se refletiram diretamente no desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional. A última década, período de 1990 a 2000, foi marcada por transformações que contribuíram para a constituição da estrutura dos bancos tal como se apresenta hoje no Brasil.

Inicialmente, apesar do desastre ético e moral, que culminou com o seu afastamento da Presidência da República no final do terceiro ano de seu mandato (1992), o governo Collor marcou o início de um novo rumo no processo de desenvolvimento brasileiro.

Com o Plano Collor ocorreu “a adesão do Brasil aos postulados neoliberais recém-consolidados no Consenso de Washington”(Almeida, p.80, 1997). A crise e o fracasso de sucessivos planos econômicos, na década de 80, haviam produzido um sentimento de frustração na sociedade brasileira e de falta de confiança na ação do Estado como motor principal do desenvolvimento.

As principais medidas adotadas tinham por objetivo regulamentar a economia, por meio da redução do excesso de exigências burocráticas que dificultavam a ação das empresas e inibiam os negócios; promover o processo de abertura da economia brasileira com a redução das tarifas de importação, expondo as empresas instaladas no país à concorrência internacional e forçando a sua modernização; tornar o país atrativo aos investimentos externos; reduzir o tamanho e a presença direta do Estado na economia por meio da privatização de empresas estatais; tornar mais competitivas as exportações

brasileiras com a através da reforma (privatização) dos portos e redução dos custos de embarque e promover o equilíbrio das contas públicas com uma reforma tributária e do reajuste fiscal.

Apesar do arrojo das medidas adotadas, a comunidade financeira internacional recebeu o Plano Collor com frieza, principalmente por seu caráter heterodoxo e por não confiar na sua eficácia. Internamente, desacreditou a poupança e provocou uma profunda recessão na economia, com queda de 4,3% do PIB, em 1990, e continuidade nos dois anos subsequentes.

Outro acontecimento importante foi a liberalização financeira, a qual avançou profundamente no período de abril de 1991 até setembro de 1992, com o Ministro Marcílio Marques Moreira. Foram liberalizados, significativamente, os investimentos de portfólio no mercado financeiro nacional, mas permitidas poucas transações com moeda estrangeira, restringindo-se a títulos públicos indexados ao câmbio e a créditos com correção cambial.

A estabilidade da moeda era o primeiro passo, fundamental para a viabilização de uma política econômica consistente. Apesar de impor ao país uma política fortemente recessiva, fracassou no combate à inflação. Com o fracasso da política macroeconômica, o governo perdeu a credibilidade interna e comprometeu sua capacidade de ação. Também obrigou-se a aderir ao Consenso de Washington e ajustar-se aos credores para a renegociação da dívida externa, sem conseguir avanços significativos.

Tão rápida a ascensão, tão desastrosa a queda. Em menos de um ano, passou da auto-suficiência ao imobilismo. Desacreditado, o governo perdeu a capacidade de implementar políticas, terminando o mandato por meio de impeachment.

Com isso, o setor financeiro e outros segmentos da economia sofreram impactos negativos, tendo que buscar alternativas, reestruturando e adequando suas bases. Em ocasiões como essa, de instabilidade econômica do país, ocorre o aumento do desemprego.

O combate efetivo à inflação foi desencadeado com o Plano Real. O governo partiu do pressuposto de que a causa principal imediata da crise brasileira da década de 80, início da de 90, era o processo inflacionário crônico.

A partir de julho de 1994, após várias tentativas frustradas, o Brasil conseguiu controlar a inflação, destruindo a indexação descontrolada da moeda, mais conhecida como correção monetária. Esse foi o ritmo de passagem para uma nova economia, em que as classes sociais menos favorecidas foram realmente beneficiadas, pois a partir do Plano Real a moeda brasileira recuperou uma função que há muito tempo tinha perdido: a reserva de valor.

Assim, com a taxa de inflação restrita a um dígito, aconteceram reestruturações no sentido de dar dinamismo ao setor produtivo. Em outras palavras, a especulação financeira cedeu espaço para a eficiência produtiva. Nesse cenário, a equipe econômica utilizou metas de inflação para o controle inflacionário(Gazeta Mercantil ,RS)

Desde o início do Plano Real, em julho de 1994, sabia-se que o novo ambiente de estabilização macroeconômico não seria condizente com a dimensão que o sistema bancário havia alcançado, fruto de vários anos de inflação alta e desequilíbrios macroeconômicos. Esses anos levaram à constituição de um número elevado de instituições financeiras que, para se beneficiar das receitas inflacionárias (*float*), faziam uso de um número elevado de agências para captação de depósitos e aplicações com custos elevados.

Diante do quadro de estabilidade, o sistema financeiro brasileiro teve de passar por profundas modificações, sendo redimensionado e reorientado para novas formas de financiamento de suas atividades.

As modificações pelas quais o sistema financeiro vem passando podem ser divididas em três fases desde o início do Plano Real, conforme Mendonça de Barros e Almeida Júnior (1997).

A primeira fase caracteriza-se pela diminuição do número de bancos na economia brasileira em decorrência da liquidação, incorporação, fusão e transferência de controle acionário de várias instituições bancárias.

Ainda na primeira fase pode-se citar a implementação do PROER em conjunto com as modificações adotadas pelo Banco Central referentes à legislação e à supervisão bancária.

Essa primeira fase compreende o período que vai do início do Plano Real até meados de 1996. Pode-se dizer que sua duração foi relativamente curta, o que foi de fundamental importância para diluir os receios quanto à possibilidade de uma crise bancária no sistema financeiro brasileiro.

A segunda fase do processo de ajuste do sistema financeiro, iniciada em meados de 1996, tem sido caracterizada pela entrada de bancos estrangeiros e pelo início dos ajustes do sistema financeiro público.

A entrada de bancos internacionais ocasionou efeitos tanto em relação à concorrência bancária, quanto em relação à qualidade das instituições financeiras presentes na economia brasileira.

A terceira fase do processo de ajuste do sistema financeiro brasileiro deverá refletir uma profunda modificação no modelo operacional que era seguido previamente à introdução do Plano Real. A receita inflacionária está sendo substituída tanto pelo crescimento da receita proveniente da intermediação financeira (diferença entre os juros recebidos e pagos) quanto pela receita de serviços via cobrança de tarifas.

Essas fases demonstram os efeitos da estabilização no Sistema Financeiro Nacional bem como a necessidade de início de um amplo processo de reforma estrutural. A perda do *float* foi o maior indicador de que o sistema teria de passar por profundas mudanças para se adequar à nova realidade de estabilização de preços.

Uma das formas encontradas para amenizar as perdas foi expandir as operações de crédito lastreadas pelo crescimento dos depósitos bancários trazidos com o Plano Real. Os depósitos à vista, por exemplo, mostraram crescimento de 165,4% nos seis primeiros meses do Plano Real, e os depósitos a prazo, crescimento de quase 40% para o mesmo período.

Antecipando-se ao possível crescimento das operações de crédito que decorreria do quadro de estabilidade macroeconômica, o Banco Central elevou, no início do Plano Real, as alíquotas de recolhimento compulsório dos depósitos bancários. O recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista passou de 48% para 100%; sobre os depósitos de poupança, passou de 10% para 30%; e foi constituído um recolhimento de 30% sobre o saldo dos depósitos a prazo.

Mesmo assim, os empréstimos totais do sistema financeiro para o setor privado, segundo dados do Banco Central, mostraram crescimento de 58,7% durante o primeiro ano de vigência do Plano.

Esse crescimento rápido dos empréstimos bancários propiciou que, de início, a receita dessas operações compensasse, em parte, a perda do *float*, postergando o ajuste do sistema financeiro, que ocorreu de forma mais intensa a partir de 1995.

É evidente que, com esse aumento de crédito disponível aos clientes e a incorporação de novos clientes em carteira, pode-se considerar o primeiro problema no início da estabilização, quando os balanços do período antigo foram pouco informativos e muitos dos cadastros dos clientes tiveram de ser refeitos. O resultado desse processo foi um crescimento dos empréstimos de liquidação duvidosa.

A partir de 1995, os empréstimos em atraso e em liquidação no sistema financeiro iniciaram uma trajetória de crescimento, sendo que, em meados de 1996, a inadimplência junto ao setor bancário atingiu seu maior valor desde o início do Plano Real.

Embora o aumento dos créditos em atraso e em liquidação do sistema financeiro não seja o fator determinante dos problemas verificados com algumas instituições

financeiras, a partir do segundo semestre de 1995, ajuda a explicar a deterioração adicional da qualidade dos ativos daquelas instituições que já eram vulneráveis antes do início do Plano Real. Pode-se citar o caso dos bancos Econômico e Nacional, que deram início ao período mais delicado do ajuste do Sistema Financeiro Nacional, a partir do segundo semestre de 1995.

Com esses acontecimentos, o governo adotou um conjunto de medidas voltadas à reestruturação e ao fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional. Entre as medidas adotadas para ajuste dos bancos privados pode-se citar:

A) Estabelecimento de incentivos fiscais para a incorporação de instituições financeiras (MP nº 1.179 de 03/11/95), permitindo que: (I) a instituição incorporadora contabilizasse como perda créditos de difícil recuperação da instituição incorporada; (II) a instituição incorporadora pudesse contabilizar como ágio a diferença entre o valor patrimonial da participação societária adquirida e o valor da aquisição, sendo essa diferença compensada nos exercícios fiscais posteriores.

B) Instituição do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) – Res. nº 2.208 de 03/11/95. As instituições financeiras que viessem a participar desse programa teriam acesso a uma linha de crédito especial; poderiam diferir em até dez semestres os gastos com a reestruturação, reorganização e modernização e poderiam ficar temporariamente fora das exigências do limite operacional do acordo da Basileia.

C) Aprovação do estatuto e regulamento do Fundo de Garantia de Créditos (FGC) – Res. nº 2.211 16/11/95. Esse fundo estabeleceu uma garantia de até R\$ 20 mil para o total de créditos de cada pessoa contra todas as instituições do mesmo conglomerado financeiro, abrangendo, inclusive, todas as instituições financeiras que foram submetidas aos regimes de intervenção e/ou liquidação extrajudicial desde o início do Plano Real. Esse fundo foi administrado pelos próprios bancos, com a contribuição mensal de 0,025% do montante dos saldos das contas seguradas.

D) A constituição de novas instituições financeiras foi dificultada, e foi criado incentivo para os processos de fusão, incorporação e transferência de controle acionário – Res. nº 2.212 de 16/11/95.

E) Aumento do poder de intervenção do Banco Central nas instituições financeiras (MP nº 1.182 de 17/11/95), permitindo ao Banco Central exigir das instituições com problemas de liquidez: (I) novo aporte de recursos (II) transferência do controle acionário, e/ou (III) reorganização societária, por meio de incorporação, fusão ou cisão.

F) Instituição da responsabilidade das empresas de auditoria contábil ou dos auditores contábeis independentes em casos de irregularidades na instituição financeira (MP nº 1.334 de 13/03/96).

G) Alteração da legislação que trata da abertura de dependência dos bancos no exterior e consolidou as demonstrações financeiras dos bancos no Brasil com suas participações no exterior (Resolução nº 2.302 de 25/07/96).

H) Permissão para a cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras (Resolução nº 2.303 de 25/07/96).

I) Criação da central de Risco de Crédito (Resolução nº 2.390 de 22/05/97).

Essas medidas do programa de ajuste, juntamente com as mudanças na legislação, fizeram com que o Banco Central agisse de forma preventiva quando os bancos não estivessem cumprindo as normas exigidas ou estivessem com sérios problemas financeiros, adotando esses conjunto para melhorar a fiscalização bancária.

O efeito da redução da inflação sobre os bancos estaduais e federais foi ainda maior que o efeito nos bancos privados. Além disso, levando-se em consideração que aqueles bancos eram mais vulneráveis do que os seus concorrentes privados e menos suscetíveis a mudanças operacionais, conclui-se que a perda das receitas inflacionárias agravou ainda mais o baixo desempenho que os bancos públicos vinham apresentando bem antes do Plano Real.

Como exemplo de ajuste em bancos federais, pode-se citar o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF). O processo de ajuste do Banco do Brasil iniciou com o reconhecimento de prejuízos decorrentes do acúmulo de créditos irrecuperáveis ao longo de vários anos, somado à limpeza da carteira de crédito do banco e ao aumento temporário da participação do Governo no capital do Banco.

A Caixa Econômica Federal (CEF) também já está com um processo de ajuste estrutural encaminhado. Na verdade, parte dos problemas dessa instituição está relacionada à falência do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Quanto aos bancos estaduais, ao contrário dos privados e dos bancos federais, ficaram fora do mercado de crédito após a estabilização de preços e tiveram sua liquidez comprometida com o agravamento da crise fiscal dos Estados. Assim, o problema desses bancos está intimamente relacionado ao problema fiscal dos seus acionistas controladores: os Estados.

Outro fator a ser levado em conta é o elevado número de empregados, uma das principais características da fragilidade das instituições financeiras públicas, que ocasiona um peso excessivo da remuneração dos assalariados na estrutura de custo dos bancos públicos.

Assim, iniciou-se o processo chamado de PDV - Programa de Demissão Voluntária, com objetivo de reduzir o quadro de funcionários. As instituições propuseram vantagens para que os funcionários fossem atraídos e aderissem ao programa.

Esse panorama do Sistema Financeiro Nacional mostra as transformações representativas. A redução abrupta da taxa de inflação mensal, a partir de julho de 1994, eliminou o ganho do *float* inflacionário e as elevadas taxas de rentabilidade proporcionadas pela tesouraria dos bancos. Antes do Plano Real, a dispersão de taxas de juros e do câmbio estava muito correlacionada com a volatilidade das taxas de inflação mensal. Pós-real, a taxa de juros e de câmbio leva em consideração a evolução da demanda agregada, o

desempenho da atividade econômica, a taxa de inflação verificada, o déficit público, a *performance* do balanço de pagamentos, etc.

A queda expressiva de rentabilidade proporcionada pelas tesourarias dos bancos no pós-Real induziu os bancos a aumentarem suas posições ativas nos empréstimos ao setor privado, no segundo semestre de 1994, para não ocorrer decréscimo no lucro líquido total da atividade bancária.

No primeiro trimestre de 1995, a atividade econômica cresceu 10% ao ano se comparada a igual período de 1994. O governo foi obrigado a aumentar os compulsórios sobre os depósitos, criando uma cunha fiscal enorme entre a captação de recursos e a taxa de empréstimos, acarretando o não-pagamento por parte de muitas empresas e pessoas físicas.

A expressiva contração da liquidez, além de gerar a crise de inadimplência, desencadeou outros problemas, como o aumento do *spread* bancário, que atingiu 60% ao ano, para operação de primeira linha, prejudicando as empresas com necessidade de tomar empréstimos bancários.

Ocorreu também a implantação dos compulsórios proibitivos, acarretando efeitos negativos em toda a atividade econômica. Nesse cenário, as grandes empresas têm várias formas de tomar recursos, como empréstimos externos, financiamento de fornecedores, colocação de debêntures, emissão de ações, etc. Contudo, as pequenas e médias empresas viabilizam créditos nos bancos ou nas financeiras que têm encargos maiores que as instituições financeiras formais.

Em resumo, a crise de liquidez foi aprofundada em razão de outros fatores, como a redução à metade do mercado de cessão de crédito, em um ano de Plano Real, advindo de incertezas geradas pela autoridade monetária e, finalmente, pela colocação líquida excessiva de títulos públicos (aumento da dívida interna) em detrimento de colocação de títulos pelo setor privado.

Para concluir este capítulo, cabe notar que a década de 90 foi marcada pelo processo de globalização. A abertura econômica e o Plano Real provocaram, em seu conjunto, com o apoio do PROER, do FGC, do PROES e da adesão do Brasil ao Acordo da Basiléia, um processo de saneamento, privatização e fusão de instituições bancárias que, atualmente, pode-se dizer que inicia uma revolução nos métodos e práticas da atividade bancária, dentre os quais certamente o processo de concentração assume uma importância especial, como será visto no próximo capítulo.

3 CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

A capacidade das economias de mercado de introduzir continuamente inovações na produção de bens e serviços foi apontada por grandes economistas, como sendo a mais notável característica dessa forma de organização social.

Denomina-se inovação a mudança na forma de produzir, de organizar a produção ou de distribuir bens e serviços entre seus usuários. Como em economias de mercado inovações são introduzidas o tempo todo, os processos produtivos, à medida que o tempo passa, vão se tornando mais eficazes e baratos, e a gama de produtos disponíveis para uso torna-se mais variada.

Normalmente associamos a idéia de inovação a novos processos ou novos produtos agrícolas ou industriais. Inovações importantes na história do capitalismo moderno foram, por exemplo, a introdução de novas formas de organização da produção, como a linha de montagem em processos industriais; a utilização de novas fontes de energia, como a energia a vapor, inicialmente, e depois a energia elétrica; a implantação das ferrovias, que revolucionou o transporte de passageiros e de mercadorias, e a criação de novos produtos, como automóveis, aviões, equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos etc, apenas para citar alguns dos novos produtos com que convivemos diariamente e que não estavam disponíveis para nossos antepassados há tão pouco tempo atrás.

São também importantes, as inovações ocorridas ainda que menos visíveis, ocorridas em outros setores; as que interessam aqui são as inovações financeiras. Inovações financeiras referem-se à produção de novos tipos de serviços financeiros ou a novas formas de produção de serviços financeiros já conhecidos.

Novos serviços financeiros, por exemplo, incluem o grande número de tipos de derivativos que foram sendo criados a partir dos anos 80. Outra inovação financeira importante, recentemente, foi a introdução das contas remuneradas, na década de 70, no Brasil, que permitia aos depositantes defender-se contra a inflação, enquanto permitia aos bancos manterem seus clientes.

Novas formas de produção de serviços já conhecidas incluem, por exemplo, processos de securitização, pelos quais a intermediação bancária passa a se dar de forma mais barata para aqueles que têm acesso a esse instrumento.

As inovações financeiras são introduzidas pela mesma razão que qualquer outro tipo de inovação: porque representam armas competitivas nas mãos das empresas que tomam a iniciativa de implantar novos métodos de produção ou nos produtos contra seus concorrentes. Para o setor financeiro, novos “produtos” são a forma de inovar. Inovações se dão quando se desenham contratos que sirvam melhor ao perfil de clientes, especialmente no que se refere a combinações risco/rentabilidade, ou no caso de tomadores de recursos, custo/risco.

Por outro lado, inovações representam novidades. Como toda novidade, elas são, em si mesmas, fontes de incerteza para quem as introduz (porque não se sabe se os clientes vão aceitá-las ou não) tanto quanto para quem as utiliza (porque não há como ter certeza de que as novas cláusulas respondem mesmo melhor às demandas de cada um ou se não há, implícita em alguma cláusula, alguma disposição adversa que implique custos posteriores etc).

O setor financeiro produz combinações de expectativas (de retorno) e riscos em formas variadas, cuja avaliação é não apenas muito mais subjetiva, como também muito mais difícil. Por essa razão, tradicionalmente a atividade financeira tendia a ser desempenhada de forma muito conservadora, com as instituições financeiras, como os bancos, por exemplo, preferindo enfatizar sua solidez mais do que sua disposição a correr riscos para buscar maiores retornos.

A partir da década de 70, um período de grande volatilidade dos mercados financeiros, em função de inflação elevada, taxas de câmbio flutuantes, movimentos livres de capital pelo mundo e taxas de juros voláteis, criou-se um ambiente onde o conservadorismo já não parecia atraente, estimulando-se as instituições financeiras a aumentar sua capacidade de resposta criativa a cada nova conjuntura que se colocasse.

Em outras palavras, a partir daquela década, as instituições bem-sucedidas passaram a ser aquelas capazes de se diferenciar com a evolução dos mercados financeiros ou, ainda melhor, em antecipação às mudanças dos mercados. Em suma, as instituições financeiras pareciam ter descoberto que inovar é a forma mais eficaz de competir e crescer numa economia de mercado.

Essas inovações fizeram várias mudanças no setor financeiro as quais, implantaram uma nova fase no setor e em toda a economia. Assim, este capítulo trata do tema central aqui proposto: a concentração no Sistema Financeiro Nacional. Esse tema é analisado a partir de três aspectos inter-relacionados, a saber: a seção 3.1 trata da internacionalização do capital estrangeiro e de seus aspectos inerentes; a seção 3.2 trata da concentração ocorrida no setor na última década, e a seção 3.3 trata da evolução do emprego bancário mediante esse cenário, ocorrida no período de 1990 a 2000.

3.1 INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL ESTRANGEIRO

O processo de internacionalização bancária é aqui analisado enfocando sua contribuição para o processo de concentração. A estabilidade econômica e política, grande potencial do mercado consumidor, incluindo o Mercosul, e as perspectivas otimistas longo prazo fazem do Brasil um ótimo país para receber investimentos diretos das empresas multinacionais. “O Brasil é a economia mais importante da América Latina”, define a economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Virene Roxo Matesco.

A resposta para a boa colocação do país são o tamanho do mercado (incluindo o Mercosul), o crescimento da classe média, a melhora da força de trabalho (que atrai mais empresas que exigem mão-de-obra qualificada) e os direitos à propriedade intelectual (que são melhores no Brasil se comparados a outros grandes mercados emergentes).

Segundo Laudicina, consultor da empresa Londrina A T Kerney, o desempenho do Brasil nos últimos cinco anos é um dos mais impressionantes, ao lado do México, revelando uma das mais drásticas mudanças de percepção. “O volume de investimentos externos cresceu cinco vezes no Brasil”.

Além disso, o Estado passa a autorizar a ampliação da presença dos bancos estrangeiros. A internacionalização ganhou fôlego a partir da aprovação pelo Presidente da República, em agosto de 1995, da Exposição de Motivos nº 311 apresentada pelo Ministro da Fazenda, a qual defende ser de interesse nacional a entrada e o aumento da presença de bancos estrangeiros, na medida em que essas instituições agregam mais recursos, *know how* e competitividade ao setor bancário brasileiro, concorrendo para a na redução dos custos do dinheiro e melhoria do atendimento ao público em geral.

Para os organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a liberalização financeira deve proporcionar grandes benefícios aos países que a adotam, tais como intensificar a concorrência e melhorar a eficiência com baixa de custos, qualidade e a ampliação da oferta de crédito.

Os argumentos de membros do governo brasileiro são praticamente idênticos aos dos organismos e banqueiros internacionais. Assim, conforme Mendonça de Barros e Almeida Júnior, p.112, 1997, “os benefícios do ingresso de bancos estrangeiros no mercado financeiro doméstico são diversos. Primeiro....vai de encontro ao desejo de fortalecer o sistema financeiro doméstico. Segundo.... aumenta a concorrência no sistema financeiro, ocasionando uma redução dos *spreads* e das taxas dos serviços bancários. A redução dos *spreads* bancários, por sua vez, leva a uma redução das taxas de juros dos empréstimos, contribuindo, assim, para o aumento do investimento na economia. Terceiro.... tem ajudado a reestruturação do sistema financeiro doméstico por meio da compra de ativos financeiros de bancos e liquidação em poder do banco Central e pela compra de bancos brasileiros que estavam com desequilíbrio patrimonial”.

Embora seja inegável que o ingresso de grandes bancos estrangeiros possa contribuir de muitas formas para o fortalecimento e a eficiência do Sistema Financeiro

Nacional, tais benefícios não são tão evidentes e nem estão garantidos e dependem de muitos fatores não-mencionados pelos promotores da internacionalização.

Nesse contexto, existem argumentos contrários a uma excessiva participação do capital estrangeiro no Sistema Financeiro Nacional. Conforme Costa, pode-se citar alguns desses argumentos: a) aumento do risco de ataque especulativo, pois os bancos estrangeiros têm maior poder de fogo que os nacionais; b) maior dificuldade em colocar títulos da dívida pública; c) menor controle do Banco Central sobre os bancos estrangeiros que sobre os nacionais; d) menor controle sobre o fluxo de entrada e saída de capitais; e) menor poder de influenciar o crédito de acordo com as prioridades da política econômica; f) o exemplo dos países desenvolvidos, que não permitem a desnacionalização de seus sistemas financeiros; g) o reflexo negativo de uma excessiva desnacionalização do sistema financeiro sobre a soberania nacional.

Dentre as possíveis conseqüências negativas de uma internacionalização nos moldes argentino e uruguaio, destaca-se a dificuldade para o acesso ao crédito das pequenas e médias empresas, pois os bancos estrangeiros terão menos interesse em financiar esse setor decisivo para a geração de empregos (Carvalho,2000).

Por outro lado, os bancos estrangeiros tendem a ser menos sensíveis às necessidades do país, especialmente nos momentos de crise, tornando mais difícil o papel das autoridades monetárias, a menos que preocupações com a soberania do país percam o sentido, como sugerem muitas análises, mesmo contra as evidências dos fatos. Os próprios organismos internacionais, como o BIS, reconhecem como legítimas tais preocupações.

Quanto a essa questão, Freitas (1998) afirma que é necessária uma análise crítica do assunto, pois tanto os representantes do governo como os executivos dos bancos tendem a exagerar na ênfase dos aspectos positivos da maior presença estrangeira no Sistema Financeiro Nacional.

Na verdade, nada pode garantir um barateamento dos serviços e tarifas, pois os bancos concorrem não apenas via preços, mas principalmente via construção de uma “imagem de experiência, tradição e solidez”. As inovações financeiras decorrentes da

concorrência não garantem nem melhor alocação de recursos, nem maior estabilidade ao sistema.

De acordo com Freitas (1998):

“A abertura do sistema financeiro ao capital externo não se traduzirá necessariamente em melhoria da qualidade dos serviços à população. É possível que as grandes empresas e os segmentos de renda elevada se beneficiem, uma vez que têm condições de negociar tarifas e comissões e exige tratamento diferenciado. Mas a grande maioria que não demanda produtos financeiros mais sofisticados dificilmente conseguirá escapar das longas filas e das altas tarifas. Mesmo porque não é possível mudar de banco com a mesma facilidade com que se troca a marca de um produto” (Freitas, 1998).

Um dos principais fatores de mudança foi o Plano Real, com impactos profundos no Sistema Bancário Nacional, a partir da ameaça de uma crise sistêmica provocada pela quebra de mais de cem instituições de pequeno e médio porte.

O sistema financeiro viu-se forçado a mudar sua forma de financiamento, substituindo as receitas inflacionárias por receitas de intermediação financeira, de serviços e de tarifas. De modo geral, o sistema mostrou-se ágil e adaptou-se rapidamente à nova forma de operação.

A reestruturação decorrente do Plano Real se traduziu também pela acentuada redução da participação do setor financeiro no PIB, que caiu de 12% para algo em torno de 4,5%. Tal redução se operou principalmente por meio da extinção, fusão ou absorção de inúmeras pequenas instituições.

Houve, ainda, alterações na participação relativa de várias categorias de bancos, de modo especial uma redução significativa dos bancos públicos estaduais e principalmente do Banco do Brasil em contraste com um aumento não menos significativo dos bancos estrangeiros.

Embora seja possível afirmar que a crise e a reestruturação bancária provocadas pelo Plano Real resultaram num sistema bancário mais concentrado, mais

internacionalizado e mais fortalecido, com participação no PIB e rentabilidade próximas dos padrões internacionais, outros resultados, como a melhoria dos serviços e a redução dos seus custos, estão ainda muito aquém do esperado e do desejável.

Até o presente, os bancos estrangeiros, em vez de provocarem as propaladas melhorias, parece terem-se adaptado aos padrões de lucros fáceis e serviços deficientes dos bancos nacionais. Por todas essas razões, concorda-se, aqui, com a avaliação final de Freitas (1998), quando afirma que:

“O processo de reestruturação do sistema financeiro associado à abertura ao capital externo e à adaptação das instituições ao ambiente econômico de baixa inflação está longe do seu término. O movimento em curso não permite interpretações definitivas; ao contrário, suscita inúmeras questões sobre a configuração do sistema financeiro nacional, a melhoria na qualidade dos serviços bancários, a definição de um padrão de financiamento para a economia brasileira, com o necessário alongamento dos prazos das aplicações financeiras e das operações de crédito.”

Nessa fase, a ação do Estado permitiu a adaptação dos bancos ao novo cenário macroeconômico, ao criar novos espaços de valorização do capital, tais como a liberação da cobrança de tarifas bancárias, a expansão da dívida pública (consequência direta da opção pela estabilização com âncora cambial e juros elevados) e os incentivos e o financiamento para a reestruturação administrativa e para a aquisição de bancos em dificuldades e de bancos públicos estaduais em processos de privatização.

Desta forma, por meio de diversas medidas, as Autoridades Monetárias vêm induzindo a concentração e a centralização de capital no setor, por exemplo, com a aplicação das regras do Acordo da Basileia, que passou a exigir um nível mínimo de capital de acordo com o grau de alavancagem dos bancos.

Essa exigência condiciona a ampliação das operações dos bancos à capacidade de realizar novos aportes de capital pelos controladores. Pode ser citada, ainda, a instituição, em novembro de 1995, do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), o qual ofertava uma linha especial de

financiamento às reestruturações administrativas, operacionais e societárias dos bancos, preferencialmente se resultassem em transferência de controle acionário, envolvendo instituições em dificuldades econômico-financeiras.

A atratividade pelo capital externo advém, entre outros fatores, e contraditoriamente, da própria existência de barreiras à entrada desse capital e da elevada concentração do setor que, por muito tempo, serviu para manter altas margens de lucro do segmento financeiro doméstico.

Além disso, têm contado a favor as oportunidades de aquisição de instituições em dificuldades, a baixo custo e em condições facilitadas de financiamento no âmbito do PROER.

Também cabe ressaltar o grande potencial de expansão do mercado doméstico, especialmente na área de concessão de crédito ao setor privado, proporcionado pela estabilização econômica e pela existência de um sistema monetário mais sólido e cada vez mais comprometido com as regras de segurança internacionais.

O amplo processo de reestruturação do Sistema Financeiro Nacional ocorrido em 1997 também foi marcado por um forte movimento de liquidações extrajudiciais e intervenções pelo Banco Central, bem como incorporações, fusões e aquisições, pelas quais as instituições buscaram se adaptar à nova realidade econômica de inflação baixa, além de obter ganhos de escala para fazer frente ao acirramento da concorrência externa.

Nesse contexto, é preciso ressaltar o esforço do governo para estimular a diminuição da presença estatal na atividade bancária, também abrindo espaço para a entrada de investidores estrangeiros nesse segmento, com a criação, em 28/02/97, pelo Conselho Monetário Nacional do PROES- Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Resolução n ° 2.365).

O programa compreende linhas especiais de assistência financeira vinculadas a títulos ou direitos relativos a operações de responsabilidade do Tesouro Nacional ou de entidades da administração pública federal indireta, reestruturação da carteira de ativos

e/ou do passivo de bancos estaduais e assunção, por instituições financeiras federais, de passivos de instituições bancárias estaduais junto ao público.

A entrada de instituições estrangeiras no país, na verdade, vem sendo estimulada pelo governo brasileiro, e existem indicadores seguros do aumento da participação do capital externo no setor financeiro doméstico. Dados do Banco Central mostram que a participação do patrimônio líquido das instituições estrangeiras no total do segmento bancário passou de 10,5% em dezembro de 93 para 14,7% em dezembro de 96, atingindo o patamar de 16% em junho de 97, o que indica o aprofundamento do processo de abertura.

Ao longo período de convivência com inflação alta e alteração sistemática das regras em vigor, as instituições financeiras domésticas demonstraram capacidade de superar crises e, portanto, de fazer frente a novos concorrentes em potencial.

Assim, em vez de representar uma eventual ameaça, a presença de novos agentes no mercado deve contribuir para fortalecer e dinamizar o sistema financeiro local. Não obstante, faz-se necessária uma maior reciprocidade no que se refere ao aumento da participação de empresas brasileiras no capital social de instituições financeiras no exterior.

A Resolução nº 2.302, de julho de 1996, estabelece normas rígidas para a instalação de dependências e o aumento da participação societária, no exterior, de instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Entre as várias exigências a cumprir, a instituição deve apresentar duas declarações: uma, da autoridade de supervisão estrangeira garantindo o acesso do Banco Central à documentação da dependência no exterior; outra, dos próprios representantes legais da instituição financeira, garantindo o fornecimento de informações referentes às empresas não-financeiras que eventualmente participem no exterior.

Assim, é inegável que, apesar dos avanços no âmbito das alternativas de integração financeira entre países, o processo de instalação de instituições brasileiras no exterior ainda se caracteriza por uma burocracia excessiva e exigências que, por vezes, extrapolam controle das empresas envolvidas.

De toda forma, a coexistência com fortes grupos financeiros do exterior tende a ampliar as oportunidades de captação externa e estimular o lançamento de novos produtos no mercado brasileiro.

Afinal, os bancos estrangeiros têm grande experiência na concessão de crédito de longo prazo, o que, para as instituições brasileiras, ainda é um desafio. No que se refere à captação externa, cabe destacar que, de acordo com o Banco Central, a participação das instituições estrangeiras já sofreu significativa elevação, passando de 27,5 para 31,6% entre dezembro de 93 e dezembro de 97, e para 35% em junho de 97.

No âmbito do processo de globalização econômica a tendência é de que os grandes bancos internacionais, para garantir margens de lucro, necessitem, cada vez mais, diversificar sua área de atuação, ter perfil dinâmico e inovador e atuar no maior número de mercados possível – ou seja, se transformem no chamado “banco universal”.

Isso significa que são expressivas as possibilidades de direcionamento desses conglomerados para os países emergentes, em especial para o Brasil, onde são relativamente maiores as chances de obterem margens de lucros elevadas, até pelo longo período de manutenção de barreiras à entrada.

Do ponto de vista formal, o aumento da flexibilização ao ingresso de novas instituições estrangeiras no país parece condicionada à tramitação e à aprovação da proposta de regulamentação do setor no Congresso Nacional.

Para o Brasil, essa nova fase significa, sem dúvida, um ambiente de maior concorrência no sistema financeiro e, portanto, de disseminação da tecnologia utilizada nos países em desenvolvimento, com a possibilidade de criação de novos procedimentos que visem a melhor atender ao cliente, cada vez mais universal.

De outro lado, é preciso considerar os riscos inerentes à internacionalização, entre eles o aumento da volatilidade do fluxo financeiro para o país, já que os recursos passam a

ser direcionados obedecendo a uma dinâmica que independe das próprias condições locais e a uma velocidade certamente maior.

É compreensível, portanto, a resistência do governo brasileiro em aceitar um regime legal mais liberal para a entrada do capital estrangeiro no setor bancário doméstico, tal como foi proposto, em setembro, pelo acordo multilateral firmado no âmbito da OMC, estabelecendo aos países signatários o compromisso de abertura irrestrita do setor financeiro ao capital externo (ANDIMA).

3.2 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL: RUMO À CONCENTRAÇÃO

A configuração do Sistema Financeiro Nacional, desenhada a partir de 1964, sofreu uma mudança de enfoque com a edição de Resolução 1524, de 21.09.88. De um enfoque assentado na visão de um sistema financeiro formado por instituições especializadas, condicionadas pela regulamentação a praticar uma faixa restrita de operações, tomou-se o rumo para um outro tipo, mais próximo do sistema constituído pelas chamadas "instituições universais". Nesse, as instituições, embora diferenciadas entre si na organização funcional e administrativa, na condução dos negócios e na escala de operações, apresentam em comum o fato de, independentemente dessas diferenças, poderem oferecer todos os serviços financeiros.

A partir de 1989, o Sistema Financeiro Nacional passou por um processo de modificação de sua estrutura. O quadro inflacionário presente na economia brasileira desde a década de 60 foi favorável ao sistema bancário, que se adaptou bem a ele em seu processo de desenvolvimento. Elevadas taxas de inflação contribuíram para alavancar a participação do setor financeiro na renda nacional. As instituições financeiras brasileiras obtiveram êxito na implementação de inovações e no aproveitamento de oportunidades regulatórias, o que lhes permitiu não apenas sobreviver, em um contexto que aparentemente seria hostil à atividade econômica e ao sistema financeiro, mas também acumular capital, desenvolver-se tecnologicamente e crescer, absorvendo parte considerável do imposto inflacionário gerado.

Sob o ponto de vista estrutural, a tabela abaixo demonstra o desenho do sistema bancário de 1989 a 2000, procurando constatar os efeitos do reordenamento da economia brasileira sobre a atuação dos bancos, considerando, inclusive, a influência do programa de ajuste macroeconômico de 1994. Merece ênfase a forma de entrada das instituições no sistema financeiro, a propriedade do capital e o controle dos ativos.

Tabela 1 – Total de bancos múltiplos, comerciais, de desenvolvimento e caixas econômicas em funcionamento

| Ano | Número de bancos |
|------|------------------|
| 1988 | 104 |
| 1994 | 246 |
| 2000 | 197 |

Fonte: DIEESE (2001).

Em dezembro de 1988, estavam em funcionamento 99 bancos comerciais e 5 caixas econômicas. Do total de bancos, 49 eram bancos privados, 26 tinham controle estrangeiro (aí incluídas 19 filiais diretas de bancos estrangeiros) e 29 eram bancos públicos. Considerando os ativos desse grupo de bancos, verifica-se que 56,85% pertenciam a bancos com controle privado nacional, 9,62% a bancos com controle estrangeiro e 33,53% a bancos sob controle governamental (21,55% pertenciam ao Banco do Brasil).

O setor vem demonstrando redução no total de bancos após o Plano Real, comportando o período de junho de 1994 a dezembro de 2000, passando de 246 para 197. Nota-se redução no número de bancos públicos (federais e estaduais) e maior presença de bancos com controle estrangeiro, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Bancos públicos federais e estaduais, bancos com controle estrangeiro e privados nacionais

| Tipo de instituição | 1994 | 2000 |
|--------------------------|------|------|
| Bancos públicos federais | 06 | 05 |

| | | |
|---------------------------------|-----|----|
| Bancos públicos estaduais | 34 | 17 |
| Bancos com controle estrangeiro | 19 | 59 |
| Bancos privados nacionais | 147 | 76 |

Fonte: Banco Central do Brasil (<http://www.bcb.gov.br>).

A redução do número de bancos privados nacionais demonstra o processo de concentração do setor, que teve seu período mais difícil logo no início do Plano Real, quando algumas instituições apresentaram dificuldades de adaptação ao novo cenário macroeconômico, em decorrência da sua fragilidade patrimonial e operacional, evidenciada com o fim dos ganhos do *floating*. Alguns desses bancos passaram por mudanças de controle acionário utilizando as linhas de financiamento do PROER.

**Tabela 3 - Bancos que receberam recursos do PROER
(em US\$ bilhões)**

| Instituição | Valor Recebido |
|-------------------------|----------------|
| Nacional | 6,1 |
| Econômico | 6,8 |
| Bamerindus | 5,9 |
| Banorte | 1,3 |
| Mercantil de Pernambuco | 0,5 |
| Total | 20,6 |

Fonte: PUGA (1999).

Do ponto de vista da formação de origem dos bancos que entraram no sistema financeiro, como ainda não existiam bancos múltiplos, as transformações de instituições de menor porte em bancos não eram muito frequentes. Assim, a maioria dos bancos existentes iniciou suas atividades diretamente com negócios bancários. Apenas quatro deles haviam iniciado atividades como instituições não-bancárias.

A idade média dos bancos que estavam funcionando em dezembro de 1988 era de cerca de 40 anos. Tratava-se de uma estrutura especializada, composta basicamente de bancos antigos, mas já bem-adaptados aos tempos de alta inflação, embora mais da metade deles houvesse sido criada antes mesmo da reforma bancária de 64, período em que a

inflação brasileira não havia entrado na espiral explosiva da década de 60. A atividade típica dos bancos comerciais era a captação de depósitos à vista. Outras atividades eram exercidas por outras instituições, também especializadas.

Do grupo de bancos que funcionava em dezembro de 1988, cerca de 40% não chegou a 2000, e quase metade saiu do Sistema Financeiro Nacional por motivo de liquidação. Esses bancos se retiraram do sistema bancário após um tempo médio de atividade de cerca de 48 anos. Dentre os 60% de bancos sobreviventes, havia ainda aqueles que tiveram problemas, mas para os quais conseguiu-se encontrar solução de mercado compatível com a continuidade de atuação da instituição. A transferência de controle foi um dos instrumentos mais utilizados, inclusive com a participação do capital externo nas operações de compra e venda de ativos. No caso dos bancos públicos estaduais, a privatização foi a solução definitiva para alguns casos e, em outros, a transferência do controle para o governo federal para posterior processo de privatização foi uma solução intermediária adotada (DIEESE).

Em dezembro de 2000, funcionavam 196 bancos e uma caixa econômica, sendo 16 bancos públicos, 109 bancos privados nacionais e 71 com controle estrangeiro, aí incluídas 13 filiais diretas de bancos estrangeiros. Os ativos totais dos 196 bancos encontravam-se distribuídos entre aqueles com controle governamental (24,33%), com controle privado nacional (42,56%) e com controle estrangeiro (33,11%). Dos 196 bancos que estavam funcionando ao final de dezembro, 64 já funcionavam desde dezembro de 1988, ou seja, contavam com, no mínimo, 12 anos de funcionamento. Esses eram os bancos que haviam sobrevivido às transformações ocorridas durante o período 1989-2000.

Tabela 4 – Participação percentual das instituições nos ativos do grupo de bancos em 31.12.2000 – por tempo de funcionamento.

| Tipo de instituição | Mais de 50 anos | Entre 20 e 50 anos | Entre 0 e 20 Anos | TOTAL |
|---------------------------------|-----------------|--------------------|-------------------|---------------|
| Bancos com controle estrangeiro | 10,41 | 1,26 | 21,44 | 33,11 |
| Bancos privados | 27,55 | 7,09 | 7,92 | 42,56 |
| Bancos públicos | 20,87 | 0,74 | 2,72 | 24,33 |
| TOTAL | 58,83 | 9,09 | 32,08 | 100,00 |

Fonte: Banco Central do Brasil. COSIF – DEORF/COPEC.

Considerando-se o ponto de vista do controle dos ativos dos bancos múltiplos e comerciais que funcionavam em dezembro de 2000, aqueles que contavam com mais de 50 anos de atividades controlavam cerca de 59% dos ativos totais. Dentro desse subgrupo, cerca de 10,41% dos ativos eram controlados pelo capital estrangeiro, sendo que quase metade deles se referia a ativos de bancos nacionais adquiridos por grupos estrangeiros. A estrutura do sistema financeiro, embora renovada, ainda estava em sua maior parte sob controle dos bancos mais antigos e mais sólidos (Banco Central do Brasil).

Dos ativos totais desse subgrupo, cerca de 21% eram controlados pelo capital estrangeiro, e perto de um terço desses ativos controlados pelo capital externo era referente a ativos de bancos nacionais adquiridos por grupos estrangeiros. Conclui-se que, dentro do grupo de bancos mais novos, houve mais oportunidade de entrada para o capital externo por meio da compra de controle societário, contribuindo, dessa forma, para a maior estabilidade do sistema como um todo e para um processo maior de concentração no setor.

É importante salientar que do *ranking* dos dez maiores bancos de dezembro de 1988, seis ainda faziam parte do *ranking* dos maiores bancos de dezembro de 2000, embora metade deles tenha tido seus controles transferidos para grupos estrangeiros.

Ainda com respeito à participação do capital estrangeiro no Brasil, ressalta-se que um total de vinte instituições pertencentes a grupos estrangeiros, em dezembro de 2000, era formado por antigos bancos nacionais que foram adquiridos por grupos estrangeiros, sendo que 11 desses grupos não atuavam no país antes de 1988. Eles fizeram parte dos casos caracterizados como de interesse do governo brasileiro em fortalecer o sistema financeiro mediante transferência do controle de instituições com dificuldade de sobrevivência, incluindo bancos públicos, a novos controladores nacionais ou estrangeiros. Os ativos dessas vinte instituições perfaziam 41,93% do total dos ativos dos bancos sob controle estrangeiro.

Outras 40 instituições pertenciam a grupos estrangeiros já atuantes no sistema financeiro como sócios menores de instituições nacionais ou como filiais estrangeiras.

Havia também, como foi mencionado, grupos que já atuavam no país por meio de outro tipo de instituição, tais como corretoras, distribuidoras, financeiras ou bancos de investimento que optaram por expandir suas atividades passando a atuar como bancos comerciais ou múltiplos. Os ativos desse subgrupo chegavam a 56,21% do total dos bancos sob controle estrangeiro.

Dentre as instituições sob controle estrangeiro existentes no país em dezembro de 2000, apenas 11 dos bancos que foram autorizados a funcionar após 1988 pertenciam a grupos que não atuavam antes no país e nem haviam entrado no Sistema Financeiro Nacional adquirindo instituições já existentes.

Tabela 5 – Participação das instituições nos ativos do grupo de bancos em funcionamento

| Tipo de instituição | 31.12.1988 | 31.12.2000 |
|-----------------------------------------|------------|------------|
| Bancos com controle estrangeiro | 9,62 | 33,11 |
| Bancos privados | 55,85 | 42,56 |
| Bancos públicos | 33,53 | 24,33 |
| Total dos bancos múltiplos e comerciais | 100,00 | 100,00 |

Fonte: Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br).

Em resumo, o percentual de controle estrangeiro sobre os ativos do grupo de bancos em dezembro de 1988 era de 9,62%, passando a 33,11% em dezembro de 2000. Pode-se constatar pelos dados acima que esse aumento, de cerca de 24 pontos percentuais, ocorreu em virtude da aquisição de bancos nacionais tanto privados quanto públicos.

A tabela acima evidencia, ainda, outro importante fenômeno que guarda relação direta com o plano de estabilização econômica de 1994. Trata-se da redução da participação do setor público no sistema financeiro. Em dezembro de 1988, existiam 29 bancos públicos federais e estaduais e, ao final de 2000, restavam 16 desses bancos, pois oito deles haviam sido privatizados e o restante havia encerrado suas atividades.

Tomando-se todo o universo de instituições, ou seja, as que estavam funcionando em dezembro de 1988 e as que foram autorizadas a funcionar durante o período 1989-2000, encerraram atividades 115 bancos. Desse universo, 15% foram incorporados e 15% se transformaram em outro tipo de instituição financeira, mantendo seus ativos dentro do sistema financeiro. Por outro lado, 45% das instituições sofreram processos de intervenção ou liquidação, e 25% tiveram suas autorizações canceladas.

Com as transformações ocorridas no Sistema Financeiro Nacional, principalmente a concentração observada a partir de 1994, a redução no número de postos de trabalho bancário foi inevitável esse aspecto é tratado na próxima seção.

3.3 EVOLUÇÃO DO EMPREGO BANCÁRIO

Como mencionado acima, o panorama do Sistema Financeiro Nacional, entre 1988 a 2000, demonstrou transformações e inovações, que atingiram diretamente o mercado de trabalho no setor financeiro. Assim, além de não priorizar o financiamento às atividades produtivas, ou seja, não assumirem plenamente sua responsabilidade no financiamento à geração de emprego e renda, os bancos têm se caracterizado como os setores que mais demitiram no Brasil.

O setor iniciou a década de 90 com um montante de 800 mil postos de trabalho. Ao final da década, esse número estava reduzido à metade: havia apenas 406 mil bancários em atividade em dezembro de 1999 e 392.800 em abril de 2000.

Conforme trabalho desenvolvido pelo DIEESE, o emprego bancário passou por momentos caracterizados como “ondas de redução de postos de trabalho”, em que se verifica uma intensa perda de postos nos seguintes períodos:

1. a primeira onda ocorreu após o Plano Cruzado (março a dezembro de 1986 – 109 mil);

2. a segunda onda, após o Plano Collor (março de 1990 a fevereiro de 1992 – 128 mil);
3. a terceira onda, com a introdução do Plano real, em julho de 1994, até o final de 1999 – com redução de 160 mil postos de trabalho.

A partir do Plano Real, o movimento de redução de postos de trabalho nos bancos passa por dois momentos. No primeiro, de julho de 1994 até final de 1996, o ritmo anual ficou acima de 14%. No segundo momento esse ritmo cai para 11% em 1997 e cerca de 14% a partir de 1999.

Tabela 8 - Estoque estimado de empregos no setor financeiro

| Ano | Bancários |
|-------------|-----------|
| 1989 | 800.780 |
| 1994 | 567.031 |
| 1996 | 483.165 |
| 1998 | 426.442 |
| 1999 | 406.315 |
| 2000(abril) | 392.800 |

Fonte: DIEESE (2001).

Tais dados indicam que o impacto da redução de postos de trabalho da terceira onda teve claros contornos determinados pela conjuntura econômica, ou seja, a redução de custos foi elevada principalmente para enfrentar a perda das receitas inflacionárias. Pode-se especular que doravante os fatores estruturais (especialmente a concentração e a automação bancária) atuarão com maior intensidade sobre a demanda de mão-de-obra no setor.

Vários fatores estruturais têm contribuído em particular como determinante para a redução do número de bancários. Em primeiro lugar, a automação, que permitiu eliminar a interferência direta do trabalhador em uma série de tarefas que compõem o processo de trabalho bancário. Além disso, a tecnologia permite a multiplicação dos produtos oferecidos à clientela, a racionalização do processo de trabalho e a rapidez na tomada de

decisão. Muitas vezes, a tecnologia é o próprio produto que o banco vende. A concorrência entre os bancos se concentra cada vez mais nessas duas variáveis, informação e tecnologia, que são a base para a definição de novos produtos a serem oferecidos aos clientes.

A propagação da informática nos bancos possibilitou a diferenciação dos clientes, permitindo estratégias distintas de atendimento: como atendimento personalizado (*net-banking, home banking, office banking*) para clientes de média/alta renda ou padronizado (máquinas de auto-atendimento nas agências) para clientes de baixa renda.

Também deve ser destacada a inovação tecnológica expressa no Sistema de Pagamentos Brasileiro. Esse sistema viabiliza uma enorme redução de troca de papéis interbancos, agilidade e aumento de transparência sistêmica, gerando contudo uma possível redução de pessoal no chamado *back office*, possivelmente atingindo também setores nos quais os bancos vem aumentando a terceirização.

Outro elemento importante na redução de empregos são as novas formas de organização do trabalho. Ao longo do tempo, vem se aperfeiçoando uma forma de organização no interior das empresas bancárias que modifica as rotinas de trabalho e o conteúdo das funções, geralmente dispensando o trabalho de controle e supervisão exercido pelas chefias intermediárias e criando grupos de trabalho que assumem novas tarefas e se responsabilizam por sua execução. Nesse item estão inseridos os programas de remuneração variável específicos de cada banco, que associam desempenho à remuneração, implicando a transformação do controle do processo de trabalho pelo capital.

A terceirização também representa uma nova forma de organização dos serviços nos bancos. As empresas transferem parte das tarefas originalmente desenvolvidas por bancários para outras empresas, o que geralmente acaba levando à precariedade das condições em que o trabalho é executado, já que elas deixam de se regular pelas normas da Convenção Coletiva de Trabalho dos bancários, principalmente no tocante à jornada e à remuneração.

O processo de fusões e aquisições tem provocado o corte de empregos, uma vez que a junção de duas ou mais estruturas permite eliminar os segmentos responsáveis por tarefas realizadas em duplicidade pelas instituições (contabilidade, recursos humanos, *marketing*, etc). O objetivo dessas operações, especialmente quando realizadas entre

empresas que atuam nos mesmos segmentos e regiões, é o de obter ganhos de escala e reduzir custos unitários, o que é alcançado pela eliminação dos gastos com atividades meio.

A Tabela 8 tem o objetivo de explicitar a relação entre as fusões, aquisições e privatizações ocorridas entre 1993 e 2000 e a conseqüente redução dos postos de trabalho.

Esses processos envolveram um total de 95.126 empregos eliminados, sendo importante observar o caso do Credireal, que em 1993, possuía 6.384 empregados, em 1994 reduziu 55,7% do quadro e, com a privatização em 1997, apenas 1 funcionário foi mantido. No caso do Meridional, a privatização levou à demissão cerca de 8 mil trabalhadores.

Outra transação a ser observada envolvendo bancos privados com forte redução do quadro de pessoal foi a situação do Unibanco, que possuía 17 mil empregados quando adquiriu o Nacional (cerca de 15 mil), em novembro de 1995 e, cinco anos depois, possuía o mesmo numero de empregados de antes da aquisição.

Tabela 8 – Fusões, aquisições e privatizações: impacto sobre o emprego

| Instituição controladora | Instituições adquiridas | 31/12/93 | 30/06/00 | empregos eliminados |
|--------------------------|-------------------------|----------|----------|---------------------|
| Bradesco | BCN | 6.982 | 5.432 | (1.550) |

| | | | | |
|---------------------------|----------------------|--------|--------|----------|
| | Baneb | 5.865 | 2.568 | (3.297) |
| | Credireal | 6.384 | 1 | (6.383) |
| | Total | 19.231 | 8.001 | (11.230) |
| Itaú | Banerj | 13.465 | 3.632 | (9.833) |
| | Bemge | 11.712 | 2.248 | (9.464) |
| | BFB | 2.903 | 1 | (2.902) |
| | Total | 28.080 | 5.881 | (22.199) |
| Unibanco | Unibanco | 19.229 | 18.827 | (402) |
| | Nacional | 17.566 | - | (17.566) |
| | Bandeirantes | 5.467 | 6.565 | 1.098 |
| | Total | 42.262 | 25.392 | (16.870) |
| ABN AMRO | ABN AMRO Real | - | 20.009 | 20.009 |
| | Real | 20.172 | - | (20.172) |
| | Bandepe | 4.065 | 1.557 | (2.508) |
| | Total | 24.237 | 21.566 | (2.671) |
| HSBC | HSBC Bank Brasil | - | 19.240 | 19.240 |
| | Bamerindus | 31.235 | - | (31.325) |
| | Total | 31.235 | 19.240 | (12.085) |
| Santander | Santander do Brasil | - | 4.275 | 4.275 |
| | Noroeste | 5.152 | - | (5.152) |
| | Santander Meridional | 11.111 | 3.786 | (7.325) |
| | Banespa | 34.843 | 21.000 | (13.843) |
| | Total | 51.106 | 29.061 | (22.045) |
| Sudameris | Sudameris | 4.090 | 6.877 | 2.787 |
| | América do Sul | 7.240 | 1.963 | (5.277) |
| | Total | 11.330 | 8.840 | (2.490) |
| Bilbao Vizcaya Argentaria | BBVAB | - | 5.597 | 5.597 |
| | Econômico | 10.831 | - | (10.831) |
| | Excell Econômico | 302 | - | (302) |
| | Total | 11.133 | 5.597 | (5.536) |

Fonte: Banco Central do Brasil(<http://www.bcb.gov.br>) e Relatórios da Administração dos Bancos. Elaboração: DIEESE – Subseção CNB/CUT.

No caso dos bancos públicos, os processos de liquidação, privatização ou transformação em agência de fomento, incentivados pela criação do PROES, vêm promovendo um severo ajuste do quadro de pessoal destas empresas. Nos bancos federais,

a privatização do Banco Meridional e a reestruturação do Banco do Brasil são exemplos de processos que provocaram redução de postos de trabalho.

Finalmente, a jornada de trabalho do bancário com a realização de horas extras e o comissionamento de empregados diminuem o número efetivo de empregos mantidos pelos bancos.

Essa informação é relevante face ao processo de consolidação e ao novo formato do setor bancário brasileiro, especialmente em relação ao segmento privado nacional mais forte, do mais internacionalizado e ao menos público, os quais trazem como consequência imediata o esvaziamento da oferta de serviços e de crédito bancário nas regiões menos atrativas sob a ótica da rentabilidade privada. Ou seja, no que tange às sedes bancárias, as fusões, as aquisições e as privatizações têm resultado num movimento de concentração no Centro-Sul do país, especialmente na região Sudeste.

Dessa forma, as regiões Norte e Nordeste são o exemplo mais acabado deste processo. Em dezembro de 2000 o número de agências reduziu-se em 13% e 21% respectivamente, ainda que essas regiões fiquem com 57% e 45% respectivamente de seus municípios sem nenhuma agência bancária.

Esse movimento de redução de agências bancárias vem sendo observado desde 1994, na tentativa do setor de reduzir seus custos operacionais, migrando para formas de auto-atendimento na própria agência, por meio dos terminais específicos, ou ainda atendimento via *Internet*, atualmente o mais utilizado. Esse conjunto de fatores colaborou para a redução de postos de trabalho no mercado financeiro.

CONCLUSÃO

O setor bancário brasileiro está atravessando um período de profundas mudanças. Os vários planos de estabilização monetária adotados nos anos 80 e 90 aceleraram os processos internos de ajustes nas empresas bancárias, sobretudo em decorrência da perspectiva da redução das receitas inflacionárias a partir de 1994.

A implementação do Plano Real, em julho de 1994, acentuou esse processo, colocando para os bancos a necessidade de adaptação a uma nova realidade marcada pela estabilidade dos preços ao longo do tempo e pela maior internacionalização da economia.

Esta dissertação procurou mostrar a gradual transformação pela qual o Sistema Financeiro Nacional passou ao longo das últimas décadas, centralizando o estudo no período de 1990 a 2000. Nesse período, ocorreram várias mudanças, tornando esse mercado mais enxuto e preparado para o novo momento econômico pelo qual o País vem passando desde 1990, mas principalmente após o Plano Real e a abertura para capital estrangeiro no segmento.

O objetivo central desse trabalho constituiu-se na elaboração de um estudo sobre a concentração bancária durante um período que se caracterizou por uma série de fatores que muito afetaram a estrutura do setor bancário brasileiro.

Fatores como a abertura comercial, a estabilidade econômica com o Plano Real e a entrada de capital estrangeiro no mercado financeiro propiciaram a reestruturação no setor.

Outro fator importante como marco do processo de reestruturação em curso no setor é a ação institucional do governo e, por força da concorrência, a consolidação de estratégias diferenciadas por parte dos bancos para garantir ou ampliar sua participação no mercado.

Após a nova legislação de setembro de 1988, houve uma expansão do sistema bancário, fazendo com que o número de bancos mais que dobrasse, uma vez que os mesmos somavam 104, em 1988, e passaram para 246 em dezembro de 1994. No entanto, o Plano Real mudou radicalmente o cenário de atuação dos bancos no Brasil, levando o sistema a uma tendência de redução, processo inverso ao anterior, terminando o ano de 2000 com 197 bancos.

A redução dos níveis inflacionários e a maior abertura da economia, além de exigir um desenvolvimento de produtos e serviços ágeis, revelaram a existência de

ineficiência da atuação dos bancos, os quais também foram afetados pela ineficiência de outros setores da economia, mais especificamente pela incapacidade desses de honrar os empréstimos concedidos pelos bancos. Esses fatos, conjugados com o desaparecimento dos ganhos inerentes ao processo inflacionário, até então apropriados pelo segmento financeiro, evidenciaram a fragilidade de algumas de suas instituições, as quais se mostraram incapazes de promover, espontaneamente, os ajustes necessários para sua sobrevivência no novo ambiente econômico.

O estágio atual da organização do Sistema Financeiro Nacional é consequência da mudança na legislação, do processo de ajuste às condicionantes macroeconômicas após o Plano Real e do alinhamento da tendência mundial caracterizada por fusões de empresas integrantes de diversos segmentos produtivos das modernas economias. Esse processo de adaptação foi sendo monitorado pelo Banco Central, com a preocupação principal de criar condições para maximizar os benefícios de um sistema no qual prevalecesse um menor número de empresas maiores, porém mais eficientes e sólidas. Assim, ao tempo em que se buscou o fortalecimento do sistema financeiro, até então acostumado a um crônico processo inflacionário, viabilizou-se a redução das possibilidades de desequilíbrios estruturais. Em consequência, reduziu-se o risco sistêmico ao qual a economia estava exposta, permitindo-se a inserção das instituições financeiras nacionais no mundo globalizado em melhores condições de competitividade.

Com isso, nota-se que os bancos privados demonstraram maior flexibilidade para se adaptar às condições de economia estável, modificando tecnologias e processos de produção de serviços. O corte de custos e o lançamento de novos produtos contribuíram para o processo de adaptação. Por seu lado, o movimento dos bancos estaduais na direção dos mesmos objetivos foi mais lento, refletindo a desvantagem comparativa desse segmento causada pelas amarras legais e políticas.

Fez parte importante desse processo o incremento da entrada do capital estrangeiro no sistema bancário, contribuindo para a solução dos problemas de algumas instituições que se encontravam com a capacidade de sobrevivência abalada. O que se buscou, também, foi criar condições para que fossem enfrentados os desafios do processo

de internacionalização dos serviços financeiros, traduzidos por crescimento contínuo do fluxo de capitais entre as diferentes fronteiras que compõem o mundo globalizado.

De todo modo, esse movimento de expansão seguido de contração, apresentado pelo Sistema Financeiro Nacional durante o período de 1988 a 2000, foi concluído com um adicional de 87 bancos, mas num cenário diferente. Passou-se de um universo de 104 bancos comerciais para outro de 191 bancos, em sua maioria múltiplos. Por outro lado, as instituições passaram a apresentar seus dados ao Banco Central de forma consolidada, de maneira a se ter uma visão mais integrada do número e do tipo de instituições ligadas a um mesmo grupo econômico-financeiro e também da forma de atuação desse grupo dentro do sistema financeiro. Atualmente, as instituições múltiplas e as especializadas funcionam em conjunto dentro dos grupos econômico-financeiros, porém com estratégias diferentes, de forma a cobrir todo o universo de serviços que podem ser fornecidos à sociedade.

Houve, portanto, mudança de enfoque, de estrutura e de composição e, também, do modo de atuação do sistema financeiro e das instituições que o compõem. Esse movimento de mudança acompanhou o desenvolvimento da economia nacional e o movimento internacional do capital, bem como respondeu ao direcionamento dado pelo aparelho regulador. A atuação das instituições foi acompanhada pelo órgão regulador, que se encarregou de não só direcionar, mas também de acompanhar o seu desenvolvimento na busca de garantir a solidez e a segurança do sistema.

Do ponto de vista da propriedade do capital, percebe-se que o número de instituições públicas teve significativa redução, embora a participação dessas instituições no controle dos ativos dentro do sistema não tenha tido a mesma magnitude de queda. Com relação ao número de empresas privadas, nota-se o crescimento do número de instituições sob controle estrangeiro e um aumento mais que proporcional de sua participação no controle dos ativos. Dentre as instituições adquiridas por grupos estrangeiros, no período de 1988 a 2000, apenas 35% dos ativos pertenciam a instituições públicas privatizadas, de onde se abstrai que a maior parte das transferências de controle para o capital estrangeiro teve sua origem entre os capitais privados nacionais que perderam uma fatia de sua participação no sistema.

Ao longo do período considerado, vários grupos econômicos com longa história de atuação se retiraram do sistema, tanto encerrando suas atividades como transferindo o controle dos negócios a outros grupos mais aptos e mais sólidos. Alguns grupos cresceram, outros mantiveram suas posições e grupos novos também vieram para se juntar aos antigos, num movimento de renovação. Após a abertura ocorrida em 1988 o Sistema Financeiro Nacional remodelou sua estrutura, renovou seus métodos de atuação, adaptou-se às modificações das condições gerais da economia, modernizou-se, inseriu-se no processo de internacionalização do capital e seguiu funcionando sem que os problemas ocorridos abalasses sua solidez e credibilidade.

Sem dúvida, todo esse processo de inovação e de transformação do Sistema Financeiro Nacional colaborou para a inserção do país numa economia globalizada. A internacionalização do capital estrangeiro é de extrema importância para o Brasil, mas é preciso salientar que, para acompanhar todo esse desenvolvimento rumo à globalização, o emprego bancário foi bastante afetado reduzindo significativamente o número de postos de trabalho de 1989 até 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ilton. **Avaliação e Desempenho do Sistema Bancário Brasileiro**. Rio de Janeiro. Sindicato Nacional dos Editores de livros, 1998.

BARROS, José Mendonça de e ALMEIDA Jr., Mansueto Facundo de. **Análise do Ajuste do Sistema Financeiro no Brasil**. Brasília, Política Comparada, maio/agosto, 1997.

BARROS, J. M.; LOYOLA, G. J. L. e BOGDANSKI, Joel (1998). **Reestruturação do Setor Financeiro**. Brasília. Banco Central do Brasil.

CARVALHO, Fernando J. Cardim. **Economia Monetária e Financeira**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CASTRO, Hélio O. Portocarrero de. **Introdução ao Mercado de Capitais**. 9. ed. Rio de Janeiro: IBMEC - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, 1985.

CONJUNTURA ECONÔMICA (1998). **Os Maiores Bancos do Brasil**. v.53, n.06, Fundação Getúlio Vargas/Instituto Brasileiro de Economia. Rio de Janeiro.

CONJUNTURA ECONÔMICA (999). **Os Bancos que mais Crescem no País**. v.53, n.03, Fundação Getúlio Vargas/Instituto Brasileiro de Economia. Rio de Janeiro.

CORAZZA, Gentil. **Crise e Reestruturação Bancária no Brasil**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia. 2000 (Texto para Discussão nº 08/2000).

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Liberalização e fragilidade Financeiras**. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v.28 n3, 2001

DIEESE, **Marcas da Reestruturação do Setor Bancário Brasileiro: Desemprego, concentração, Internacionalização e privatização**. 2001.

DUESENBERY, James S. **Introdução à Economia Monetária**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

FLIGENSPAN, Flávio Benevett. **Uma visão Global da economia brasileira durante a vigência do Plano Real: avanços, impasses e um cenário de crescimento com exclusão**. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v.26, n1, 1998.

FONTANEL, Jacques. **O Estado e o Processo de Globalização**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.19, n2, 1998

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro**. 14º ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

FREITAS, M.C.P. **A abertura do sistema bancário brasileiro ao capital estrangeiro**. In: Abertura externa e sistema financeiro. São Paulo: Fundap, Convênio Ipea-Fundap, maio, 1998.

GAZETA MERCANTIL. Internacionais. São Paulo, 12 de junho, 2001 – **estrangeiros Controlam 40% dos bancos da AL**.

GAZETA MERCANTIL (1997) **Abertura do Sistema financeiro ajuda a Economia**, 22 de setembro, São Paulo.

GAZETA MERCANTIL (1998). **Bancos Buscam Padrão Internacional de Eficiência**, 12 de agosto, São Paulo.

GAZETA MERCANTIL (1999). **Bancos Começam a Disputar Clientes de baixa Renda**, 19 de fevereiro, São Paulo.

GAZETA MERCANTIL (1999). **Crédito e Aquisições Influem no Ranking dos Bancos**, 9 de março, São Paulo.

GITMAN, Lawrence j. **Princípios de Administração Financeira**. 7 ed. São Paulo: Harbra, 1997

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização Financeira e Economias Nacionais**, Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v.25 n2, 1997.

GURLEY, J e SHAW, E. *Financial Aspects os Economic Development*. **American Economic Review**, 45, n.4, set 1955

HILLBRECHT, Ronald. **Economia Monetária**. São Paulo: Atlas, 1999.

HUNT, E.K. **História do Pensamento Econômico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

IANINI, Octavio. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1996.

KON, Anita. **Economia Industrial**. São Paulo: Nobel, 1994.

KEYNES, J.M. **A Teoria Geraldo Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982

LOPES, João do Carmo, ROSSETTI, José Pascoal. **Economia Monetária**. 6º ed São Paulo: Atlas, 1996.

MARX, KARL **O Capital**. Vol I, São Paulo. Coleção Os Economistas. Abril Cultural, 1984

MOREIRA, Edison Marques. **Política Monetária e Setor Financeiro**. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v.24 n4, 1997.

MINSKY, H., **Financiamento e Lucros**. Cadernos ANGE. Rio de Janeiro: ANGE, n.2 1992.

PIZZOFERRATO, Thyrso de Andrade. **Uma análise do processo de Concentração Bancária Brasileiro Entre os Anos de 1988 e 1998**. Porto Alegre, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia 1999. Dissertação de mestrado

PORTOCARRERO DE CASTRO,H.O (1981). **As Causas Econômicas da Concentração Bancária**. IBMEC, Rio de Janeiro

PUGA, Fernando Pimentel. **Sistema Financeiro Brasileiro: Reestruturação Recente, Comparações Internacionais e Vulnerabilidade à Crise Cambial**. In: GIAMBIAGI,

Fábio ; MOREIRA, Maurício Mesquita. *A Economia Brasileira nos Anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

RUDGE, Luiz Fernando, CAVALCANTE, Francisco. **Mercado de Capitais**. Belo Horizonte: CNBV, 1993.

SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia**. 7º ed. São Paulo: Best Seller, 1994.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas 4º ed, 1999.

STANFORD, Jon D. **Moeda, Bancos e Atividade Econômica**. São Paulo: Atlas, 1976.

SWEEZY, Paul M. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. 3º.ed.Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

TAVARES, Maria da Conceição. **Destruição não criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TRAUTWEIN, Hans-Michael. **A Globalização dos Mercados Financeiros**. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v.26 n1, 1998

VALOR ECONÔMICO. **Investimentos**. São Paulo, 14 fevereiro, 2001 – Brasil ganha confiança de estrangeiros. P. A3

SITES:

www.bcb.gov.br
www.receita.fazenda.gov.br
www.tesouro.fazenda.gov.br
[www. Andima.com.br](http://www.Andima.com.br)